Edição 6 - Setembro 2018 | Ano 2

REVISTA BRASILEIRA DE

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PRÓXIMO PRESIDENTE

Em um país estagnado pela crise econômica, a Abrig aprofunda a vocação de ser fórum de Políticas Públicas e promove debate sobre Programas de Governo dos candidatos à Presidência. Representantes dos presidenciáveis apontam saídas para grandes gargalos e convergem em incluir na agenda a regulamentação da atividade de RIG. Qualquer que seja o vencedor, o futuro presidente terá uma missão enorme: unir os brasileiros e propor as reformas que o País precisa

CONFERÊNCIA DEBATE + SEGURANÇA JURÍDICA, + INVESTIMENTO

AS CONSEQUÊNCIAS NEFASTAS DA INSEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL
por Paulo Castelo Branco

PRÊMIO MARCO MACIEL: A HORA E A VEZ DA ÉTICA E DA TRANSPARÊNCIA

PALAVRA DO PRESIDENTE

PREZADOS LEITORES,

Cada vez mais, a Abrig vem se transformando em um fórum de debates de Políticas Públicas que antecipem aos associados conhecer a vontade geral da Sociedade. Por meio desses debates, acreditamos estar reforçando a democracia e a participação popular nas decisões públicas.

Nesta edição da revista, a nº 6, leitores podem acompanhar o debate promovido pela entidade sobre os desafios e possíveis soluções do futuro presidente, a ser eleito em outubro de 2018. Em agosto, conseguimos reunir em São Paulo representantes de quatro dos candidatos bem posicionados nas pesquisas, coordenadores dos Programas de Governo dos presidenciáveis. Ao final das intervenções, fizemos uma entrevista com cada um deles, buscando compreender o que eles pensam sobres questões como a regulamentação da atividade de Relações Institucionais e Governamentais, investimentos estrangeiros ou reforma trabalhista.

Independentemente de qual dos candidatos venha a ganhar, o resultado final do debate e das entrevistas aponta para uma direção geral sobre o que eles entendem como os principais desafios do Brasil e, sobretudo, quais nossa saídas possíveis. Em outras palavras, o futuro presidente terá uma missão enorme, unir os brasileiros, sem revanchismo. Terá, obrigatoriamente, que propor as reformas que o País precisa.

Não podemos mais ser o País do Futuro, que nunca chega. Ou trilhamos o necessário caminho de um ajuste, sem olhar para trás, ou não conseguiremos andar para frente. o Brasil é rico, de pessoas, recursos naturais, beleza... está na hora de transformarmos isso em emprego, renda e felicidade.

Esse desafio não é de um presidente, de um Congresso Nacional a ser eleito, ou do Judiciário que aí temos. É de toda a Sociedade. As entidades e representantes institucionais de importantes segmentos da economia terão importância ainda maior na busca de soluções aos desafios do nosso querido e promissor Brasil. Só seremos fortes se estivermos unidos.

Esta edição da Revista da Abrig começará a ser distribuída durante relevantes atividades que nossa entidade estará promovendo no dia 25 de setembro, no Panteão da Pátria, Praça dos Três Poderes, centro político e institucional do Brasil.

À tarde, estaremos realizando a 2ª Conferência Internacional da Abrig, com o tema + Segurança Jurídica, + Investimento Estrangeiro. Em maio, promovemos a 1ª Conferência Internacional, sobre Logística e Inovação. A realização da segunda conferência representa outro passo para a consolidação da entidade como fórum essencial para o debate de políticas públicas.

Na noite do dia 25 de setembro, no mesmo espaço, o Panteão da Pátria, estaremos realizando a cerimônia de anuncio dos vencedores I Prêmio Marco Maciel de Ética e Transparência entre o Público e o Privado, lançado em setembro de 2017. Na ocasião, estará sendo lançado a segunda edição do prêmio, cujos vencedores serão conhecidos em setembro de 2019. Mais uma iniciativa da entidade em busca da construção de um Brasil melhor.

Guilherme Cunha Costa
Presidente da Abrig

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

EXPEDIENTE

A Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais é uma publicação da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

Presidente da Abrig: Guilherme Cunha Costa.

Superintendente do IEL Nacional: Gianna Cardoso Sagazio.

Jornalista-Responsável: Hugo Studart (Diretor de Comunicação).

Conselho Editorial: Paulo Castelo Branco (Presidente), Adriana Vasconcelos, Guilherme Cunha Costa, Hugo Studart, Ivonice Campos Dias, Marcelo Tognozzi, Paulo Mol Junior, Sílvio Ribas e Sylvio Costa.

Colaboraram com esta edição: Adriana Vasconcelos, Ana Luisa Almeida, Eduardo Fayet, Isadora Campos Palhares, Ivonice Campos, Jussara Melo, Márcio Artiaga de Castro, Mariana Rosa, Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto, Mírian Lavocat, Paulo Castelo Branco, Paulo Kramer, Renata Aragão, Ricardo Capucio, Sílvio Ribas, Sylvio Costa e Vitor Pedroza.

Produção: Tomás Sartori Chaves.

Revisão: Marina Nina Silva Santos.

Diagramação: Easee Propaganda.

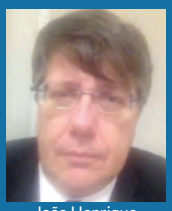
DIRETORIA

Guilherme Costa
(Presidente)

Jack Correa
(1º Vice-Presidente)

Renault Castro
(Vice-Presidente)

Stella Cruz
(Vice-Presidente)


João Henrique
(Vice-Presidente)

Marcelo Moraes
(Vice-Presidente)

Angela Rehem
(Vice-Presidente)

Ivonice Campos
(Vice-Presidente)

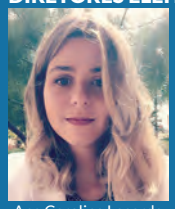
Marcelo Tognozzi
(Vice-Presidente)

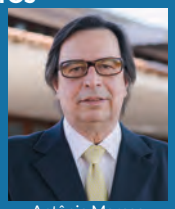
Mauro Falsetti
(Vice-Presidente)

Marcos Lima
(Vice-Presidente)

Luis Henrique
(Vice-Presidente)

DIRETORES ELEITOS


Ana Carolina Lacerda
(Diretora)


Antônio Marcos
(Diretor)

Carolina Venuto
(Diretora)

Daniel Mendonça
(Diretor)

Delcio Sandi
(Diretor)

Jean Carlo de Castro
(Diretor)

Lucien Belmonte
(Diretor)

Marcelo Bechara
(Diretor)

Márcio Artiaga
(Diretor)

Ricardo Ramires
(Diretor)

Ricardo de Saboya
(Diretor)

Roberto Jucá
(Diretor)

DIRETORIA NUMERADA

Cesar Galiza
(Conselheiro)

Gustavo Carneiro
(Conselheiro)

Tatiana Porto
(Conselheiro)

Ana Fidelis
(Conselheiro)

DIRETORIA REGIONAL

Adriana Maugeri
(Dir. Regional MG)

Andrew Greenlees
(Dir. Regional SP)

Beatriz Milliet
(Dir. Regional SP)

Damian Popolo
(Dir. Regional RJ)

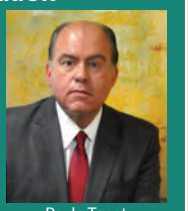
Edgar Usuy
(Dir. Regional Sul)

Fábio Saboya
(Dir. Regional Nordeste)

José Eduardo
(Dir. Regional Campinas)

CONSELHO SUPERIOR

Ruy Coutinho
(Presidente Conselho)


Paulo Tonet
(Conselheiro)

Henrique Rzezinsk
(Conselheiro)

Toninho Queiroz
(Conselheiro)

José Alves
(Conselheiro)

Valdir Simão
(Conselheiro)

Carlos Cidade
(Conselheiro)

Luiz Antônio
(Conselheiro)

CONSELHO FISCAL

Frederico Borges
(Presidente Conselho)

Juliana Kirmse
(Conselheira)

Eliza Samartini
(Conselheira)

Gustavo Cezário
(Conselheiro)

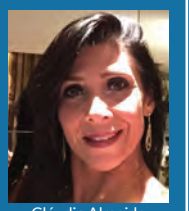
Marcos Borges
(Conselheiro)

Andrew Greenlees
(Conselheiro)

DIRETORIA TEMÁTICA

Luciano Inácio Souza
(Jurídico)

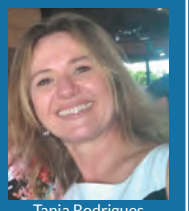
Hugo Studart
(Comunicação)


Cláudia Almeida
(Relações Institucionais)

DIRETORIA INTERNACIONAL

Lucas Veiga
(Dir. Inter. Canadá)

Manoel Santos
(Dir. Inter. EUA)


Tania Rodrigues
(Dir. Inter. Itália)

CONSELHO DE ÉTICA

Paulo Castelo Branco
(Presidente Conselho)

Godofredo Diniz
(Conselheiro)

Suzana Tostes
(Conselheira)

www.abrig.org.br
(61) 3327-0731 | contato@abrig.org.br

SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier
Sala 1223 - Brasília/DF
Cep 70701-000

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

SUMÁRIO

REVISTA BRASILEIRA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

12
Especial Eleições:
A regulamentação da atividade de RIG na agenda do próximo governo
Adriana Vasconcelos

06
Nós somos Abrig
Conheça quem são os mais de 500 profissionais e empresas que constroem nossa entidade

20
Entrevista:
Os grandes desafios do próximo presidente
Paulo Kramer

24
Relações legislativas:
Eleição e participação popular
Por Miguel Gerônimo da Nóbrega Neto

26
Políticas públicas:
Abrig promove conferência internacional sobre segurança jurídica e investimento estrangeiro
Por Ivonice Campos e Eduardo Fayet

30
Coluna:
Quem quer dinheiro? Quem quer dinheiro?
Por Paulo Castelo Branco

32
Judiciário:
Segurança jurídica: como estamos?
Por Mírian Lavocat

34
Prêmio Marco Marciel:
A hora e a vez da ética e da transparência
Por Mariana Rosa e Isadora Campos Palhares

36
Capacipação:
A Carta de Santiago

38
Novos negócios:
a transformação digital e o fim do dinheiro
Por Ricardo Capucio

42
Parcerias:
Uma nova cooperação estratégica
Por Ivonice Campos e Mariana Rosa

44
Estudo de caso IEL:
A evolução das relações governamentais no Brasil

48
Carreira:
A geração millenial no RIG 4.0
Por Vitor Pedroza

50
Empresas:
Por que ética importa tanto para que a empresa tenha uma boa reputação
Por Ana Luisa Almeida e Jussara Belo

54
Congresso em foco:
O Brasil sangra, mas ninguém para de esticar a corda. Até quando?
Por Sylvio Costa

56
Eventos Abrig
O que aconteceu de relevante.

EDUCAÇÃO EXECUTIVA IEL.
A GENTE DESENVOLVE VOCÊ.
VOCÊ DESENVOLVE O PAÍS.

O IEL oferece cursos exclusivos, criados a partir de uma análise das necessidades do mercado. Os cursos são estruturados para executivos que buscam aperfeiçoamento de excelência e desejam potencializar sua gestão e sua empresa.

CURSOS

- **Compliance e Eficiência Empresarial**
- **Relações Governamentais na Estratégia Corporativa**
- **Fusões e Aquisições**
- **Gestão da Mudança e a Transformação Digital**
- **Processo Regulatório e o Impacto nas Empresas**
- **Cyber Segurança e Defesa Digital**
- **Lean Office**

Inscreva-se: www.iel.org.br/eduexecutiva

Use o QR code para mais informações.

CNI SESI SENAI IEL

IEL

Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

NÓS SOMOS ABRIG

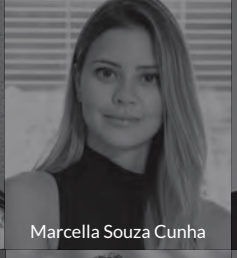
Conheça os profissionais que constroem nossa Entidade

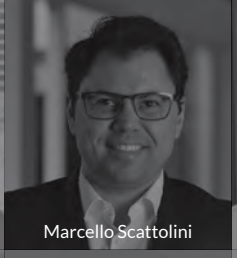
Ana Maria Santos Fidelis
Ana Paula Bialer
Anderson Oliveira
André Pellizzaro
Andréa Cristina Oliveira
Andressa Pappas
Andrew Greenlees
Bernhard J. Smid
Bianca Paula Robles
Brenda Granados
Bruno Furlan Ziller
Bruno Perman Fernandes
Caio Leonardo de Bessa Rodrigues
Caliane Oliveira
Cassius Augusto Mota Polito
Cesar Carlos Wanderley Galiza
Cláudia Araújo de Almeida
Claudio Coelho de Souza Timm
Custodio Toscano Costa
Daiver Cambraia
Damian Popolo
Eder Bernardes da Silva
Edgard Usuy
Edilson Uiechi
Edson Eduardo Pramparo
Eduardo Batista de Queiroz
Eduardo Calderari
Eduardo Solano Spim
Fábio Saboya Salles Jr.
Fabrício Jose Klein
Felippe Bandeira Ramos Coelho
Fernanda Adjuto Pinheiro
Flavia Lopes
Flávio Rogério da Mata Silva
François Martins
Gustavo Lima Cezário
Halim Abud
Helzio Livio Freda Mascarenhas
Henrique Costa Rezezinski
Horácio de A. M. Carvalho
Isabella Martins do Carmo
Isadora Aires Campos
Julien Machado da Silva Dutra
Julio Cesar Freire Taleires
Karoline Lima
Kelly Cristina Fiel de Souza
Laura Nayara Alaby
Leandro Gabiatti
Louize Meyer
Luis Antonio Martinez Vidal
Luis Henrique Macedo Cidade
Luiz Antonio Flecha de Lima
Luiz Eduardo Barbosa
Luiz Fernando Visconti
Luiz Henrique Maia Bezerra
Manoel Browne de Paula

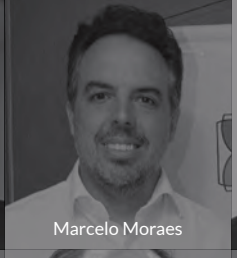
Manoel Coracy Saboia Dias

Manoel Santos

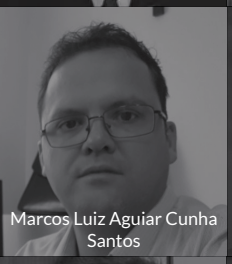
Manoela Dias Onofrio

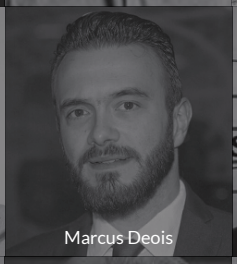

Marcella Souza Cunha


Marcello Scattolini


Marcelo Moraes

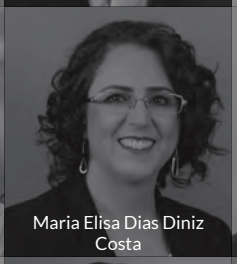
Marcelo Oliveira


Marcos Luiz Aguiar Cunha Santos

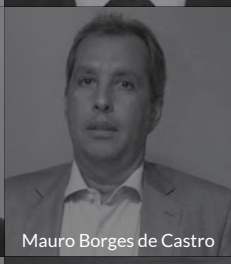

Marcus Deois

Marcus de Castro Lima

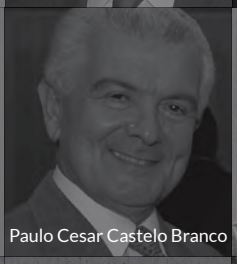
Maria Claudia Souza

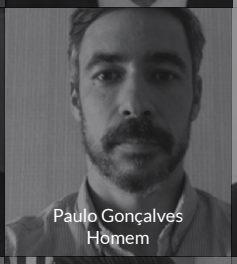

Maria Elisa Dias Diniz Costa

Mário Augusto De Campos Cardoso

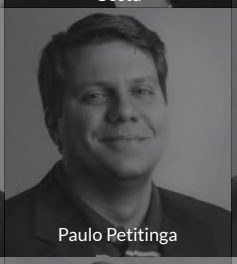

Mauro Borges de Castro

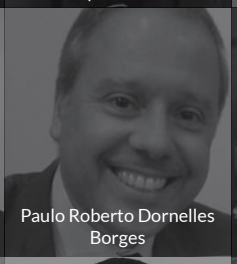
Patrick de Azevedo Ferreira

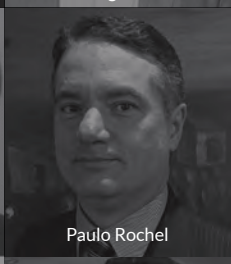

Paulo Cesar Castelo Branco

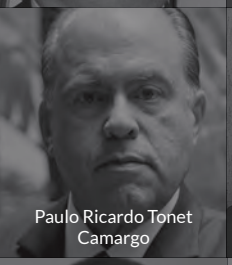

Paulo Gonçalves Homem

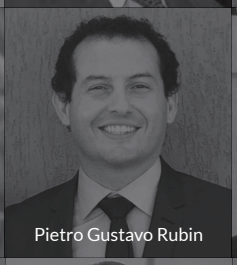
Paulo Roberto da Costa Kramer


Paulo Petitinga

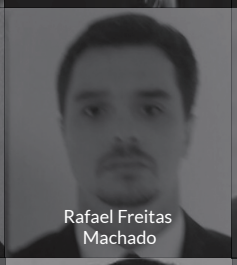

Paulo Roberto Dornelles Borges

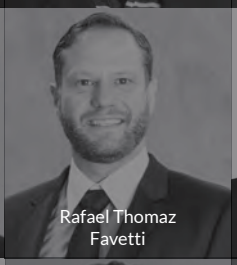

Paulo Rochel

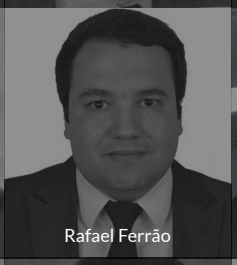

Paulo Ricardo Tonet Camargo

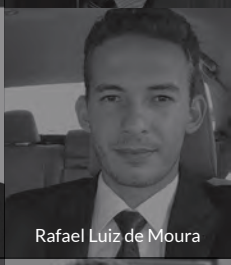

Pietro Gustavo Rubin

Rafael Bernardi Silva


Rafael Freitas Machado

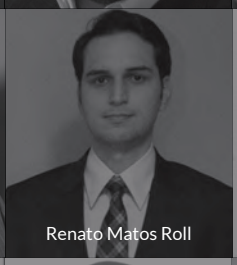

Rafael Thomaz Favetti

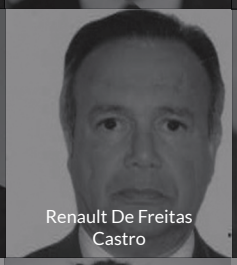

Rafael Ferrão

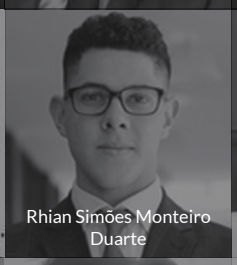

Rafael Luiz de Moura

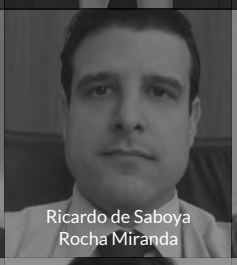
Rafael Piva Neves

Reginaldo Braga Arcuri

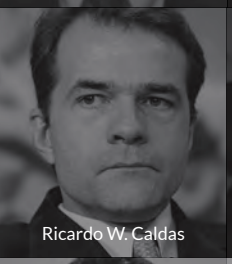

Renato Matos Roll

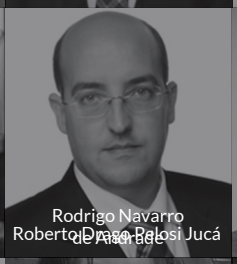

Renault De Freitas Castro

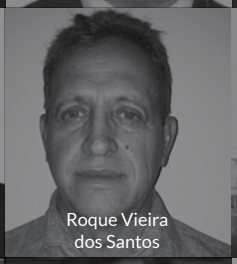

Rhian Simões Monteiro Duarte


Ricardo de Saboya Rocha Miranda

Ricardo Ramires Filho


Ricardo W. Caldas


Rodrigo Navarro Roberto Drago Bolosi Jucá de Andrade

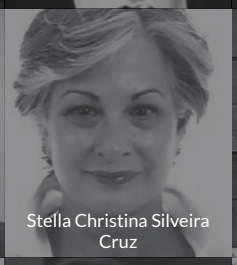

Roque Vieira dos Santos

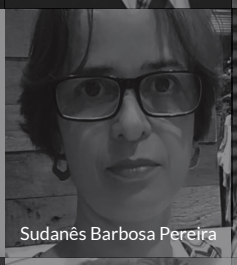
Ruy Coutinho

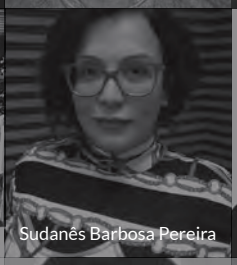
Saulo Jorge Dias Marquezini

Sidnei Ribeiro Teles

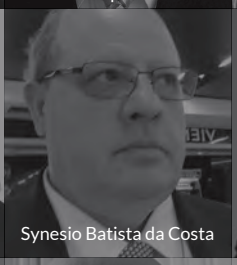
Sílvio César Ribas de Souza


Stella Christina Silveira Cruz

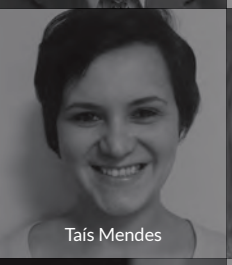

Sudanês Barbosa Pereira

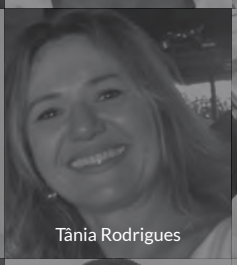

Sudanês Barbosa Pereira

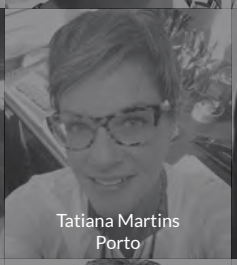
Susana da Silva Tostes

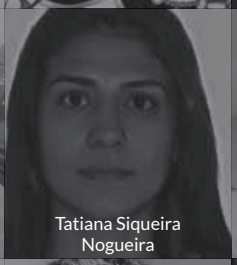

Synesio Batista da Costa

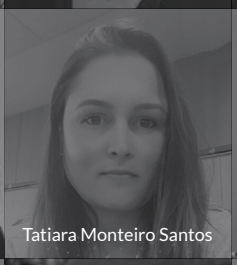
Tacyra Oliveira Valois Nery


Taís Mendes

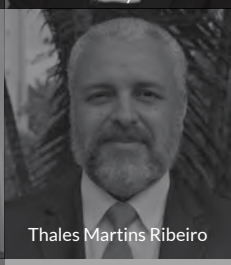

Tânia Rodrigues


Tatiana Martins Porto


Tatiana Siqueira Nogueira

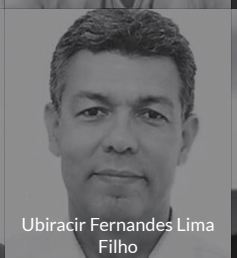

Tatiara Monteiro Santos

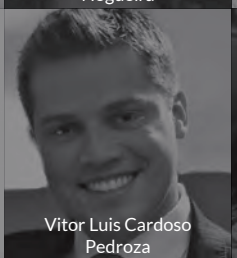
Telesforo Caceres


Thales Martins Ribeiro

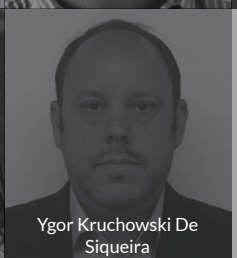
Thiago Rodrigues

Túlio Eufrázio Marques Júnior


Ubiracir Fernandes Lima Filho


Vitor Luis Cardoso Pedroza

Viviane Amaral Gurgel


Ygor Kruchowski De Siqueira

... e nós também somos a Abrig, associação com mais de 500 profissionais atuando com ética e transparência

Adílio Rodrigues da Rocha
Adriana Maugeri
Airton Nogueira Pereira Junior
Alan Servulo Saraiva Maia
Alberto Carlos Almeida
Alberto Do Amaral Osorio Bueno
Aleksander Santos
Alexandre Armigliato Maroli
Alexandre Nogueira Ferreira
Aline Akemi Freitas
Aluízio Davis Neto
Alvaro Larrabure Costa Corrêa
Ana Cecília Andrade Aquino
Ana Paula Bernardes
Ana Paula Feliciano
Ana Paula Gadotti Franco
Ana Victória Soraggi Lafetá
André Fortes Chaves
André Luiz Guedes Lima
Andrea Häggsträm Rodrigues
André Passos Cordeiro
Antônio Carlos Vieira Júnior
Antônio Holanda e Silva
Armando de Queiroz Monteiro Bisneto
Arthur Paes Wittenberg
Barbara Beatriz Sousa Khouri Piquet
Beatriz Falcão
Bruna Cruz Ribeiro
Bruno Ambrosio
Bruno Jorge Soares
Camila Carolina Monteiro Guerreiro
Camila Schoti
Carlos Abdo Muanis
Carlos Alberto Pires de Matos Esteves
Carolina Amaral Venuto
Carolina Araújo Mendes
Carolina Noura
Cássio de Moura Batista
Catilo Brzeski Candido
Cecília Fernandes Rodrigues
Cinara De Quadros Machado
Cleber Aparecido Zanella
Cynthia Cury
Daniel Carvalho de Mendonça
Daniel Mendonça
Daniel Mourad Majzoub
Daniel Ribeiro Pereira
Daniela Christovão
Danielle Mazzola Leite
Daniela Lopes Guimarães Silva Coutinho
Darwin E. A. Nogueira Lima
Disraelli Galvão Guimarães
Eduardo Alves Fayet
Eduardo Leão de Sousa
Eduardo Machado Dias
Edy Carlos de Souza
Egon Luís Schaden Júnior
Elizabeth Guedes
Felipe Onei Oppelt
Felipe Pistoia Dutra
Fernanda Ferreira Matos
Fernanda Pimentel Moreira Fernandes Reis
Fernando de Moura Hadad
Fernando Teixeira Abdala
Filippo Scelza
Flavio Casa
Flávio Moura Fé Lima
Francisco Carlos Giacomini Soares
Gabriel Valério Germano Dias
Gabriela de Sousa Beltrão
George Fauci
Geraldo Correia de Castro
Gilberto Julho Koehler
Giovana Pohl Scarton Coutinho
Giuseppe Uchoa Ribeiro Lobo
Gustavo Antonietti

Gustavo Emmanuel de Castro
Gustavo Gomes Barbosa
Gustavo Rodrigo Bonini
Gustavo Rosolen Tessari
Helton Rocha Posseti
Ilma Ferreira Lima
Ingrid Sampaio
Irlon Junior
Isabela Guimaraes Parreira
Israel Alvares Lima
Ivanilda Frazão Tolentino
Janderson Evans Gonçalves Neves
Joao Botelho
João Henrique Hummel Vieira
Joao Jose Da Silva
João Vitor Loureiro Ribeiro
Joaquim José Marques Mattar
Joaquim Nogales Vasconcelos
Jorge Ramos Mizael da Silva
José Ademir Tedesco Bueno
José Eduardo Dias de Camargo
Josimar dos Passos Nascimento
Juliana Gomes Bezerra
Juliana Vansan
Juliano Miguel Braga Griebeler
Kelly de Oliveira Pereira
Leobino Barroso De Araujo
Leonardo Barreto
Leonardo Botelho Zilio
Letícia Rezende
Lucas Martins Rieke
Lucas Rodrigues Fernandes da Silva
Lucas Toschi Garofano
Luciana Maselli Furquim de Almeida
Luciana Nunes Freire
Luisa Vasconcelos Araujo
Luiz Antonio Faria De Sousa
Luís Cláudio Souza Leão
Luiz Felipe Schmidt
Luiz Geraldo De Almeida Mello
Luiz Roberto Antonik
Maisa Barbosa de Morais
Marcel Daltro
Marcelo Alcânatara Júnior
Marcelo Alves
Marcia Alves Severino Cavalcanti
Marcia Fernandes Carvalho
Marcio Guiss Rausis
Marco Antônio Tramonte
Marcos Antonio Lins da Costa Cintra
Marcus Vinicius Almeida Silveira
Maria Beatriz Palatinus Milliet
Maria do Socorro Lima Castello Branco
Maria Helena Piquet Carneiro
Mariana Castro
Marina Bertucci
Marina Moreira Talini
Mário Jorge Alencastro
Mario Sergio A. da Fonseca
Mário Sérgio Pinto
Mauricio Adriano Niel
Mauricio Nalin dos Santos Ferro
Mauro Apor
Mauro Borges de Castro
Mayra Dias Barreto
Murilo Caetano Miranda
Nadia Ali El Hage
Natália Da Silva Rios Dos Reis
Nelber Macedo de Carvalho
Nelcina Conceição de Oliveira Tropardi
Osmar Ribeiro da Costa
Oswaldo De Carvalho Barbosa Ramos
Patrícia Fernandes
Patricia Fernandes De Carvalho
Paulo Cesar Chaves
Paulo Henrique Rangel Teixeira
Paulo Manoel Lenz Cesar Protasio
Pedro Henrique Vilela Magalhães Mesquita
Priscila Bivanco
Rafael Caetano Oliveira e Silva
Rafael Castelo De Carvalho
Rafael Medeiros Da Silva
Rafael Osorio Ribeiro
Rafael Ponzi Ribeiro
Raphael Caldas
Raphael Amaral
Reinaldo Fujimoto
Renata Varella Corrêa
Renato Schettini Knupp
Ricardo Santana Parente Soares
Ricardo Tomaz De Oliveira
Roberta Carolina Caldas Terra Rios Bosco Soares
Rodrigo Maciel Santiago Freitas
Ronaldo Murilo de Almeida Cordeiro
Ruy do Ceará Filho
Samuel Juscelino Vilaça
Silvio Brasil Gadelha Jr
Soraya Moreira Araújo
Tainah Nascimento Mello
Taís Mendes
Tarsys Henrique Gama dos Santos
Tereza Azevedo
Thais Marçal Rodrigues Matias
Thereza Giannetti Nelson De Senna Mury
Thiago Marinho e Silva
Thiago Silva de Carvalho
Thiago Turbay Freiria
Tiago de Vasconcelos Rosa E Silva
Valdeci Francisco Verdelho
Vanessa Lemos De Carvalho
Vitor Luis Cardoso Pedroza
Walter Bittar
Walter Luiz De Oliveira Filippetti

ENTIDADES, EMPRESAS E CONSULTORIAS ASSOCIADAS DA ABRIG

ASSOCIADOS DA CATEGORIA CORPORATIVA

ABERT
Itaú
PAGUE MOBI
NEOENERGIA
SOUZA CRUZ
Ipiranga
GrupoFarmaBrasil
Abividro
eneva
CNDL
ANABB Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil
SCANIA
Coca-Cola Refrescos Bandeirantes 30 ANOS
VITAMEDIC | GRUPO JOSÉ ALVES 55 ANOS
UNIALFA CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
ADIAL
GRUPO EdsonQueiroz
GRUPO energisa
abbt Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador
ABRINQ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS FABRICANTES DE BRINQUEDOS
MPA MOTION PICTURE ASSOCIATION
METRÔ RIO

ASSOCIADOS DA CATEGORIA EMPRESARIAL

FLAG public affairs
BFA Bialer, Falsetti & Valadares
DAGOBERTO ADVOGADOS
Matchmaking Brazil
DOMINIUM
Gurgel & Almeida consultoria & relações institucionais
HMG consultoria
inteligov
Nelson Wilians & Advogados Associados
PINHEIRONETO ADVOGADOS
TOZZINIFREIRE
Umbelino Lôbo Assessoria e Consultoria
Vector

ESPECIAL ELEIÇÕES 2018

A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE RIG NA AGENDA DO PRÓXIMO GOVERNO

DEBATE PROMOVIDO PELA ABRIG COM COORDENADORES DOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE QUATRO CANDIDATOS AO PALÁCIO DO PLANALTO BEM POSICIONADOS NAS PESQUISAS, REVELA PREOCUPAÇÃO COMUM DE PRESIDENCIÁVEIS COM A NECESSIDADE DE O CONGRESSO NACIONAL REGULAMENTAR A ATIVIDADE E DIALOGAR COM A CATEGORIA

ADRIANA VASCONCELOS [1]

A Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) decidiu entrar nas discussões sobre as políticas públicas que poderão ser implementadas pelo próximo governo federal. No último dia 22 de agosto, a entidade promoveu um debate, em São Paulo, com colaboradores dos programas de governo de quatro candidatos à Presidência da República.

No momento em que as eleições gerais ganham as ruas e as redes sociais, além de a campanha avançar no rádio e na televisão, a Abrig presta uma contribuição para esclarecer aos seus associados e aos cidadãos em geral sobre pontos de vista de postulantes ao mais elevado posto da República.

Foram convidados para o debate representantes dos sete candidatos mais bem colocados nas pesquisas eleitorais. Os formuladores de programas de três desses – Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede) – não puderam participar em virtude de compromissos anteriormente agendados.

O candidato pelo PSDB e ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin foi representado pelo cientista político Luiz Felipe D'Ávila. O senador Alvaro Dias, do Podemos, por sua vez, enviou a economista Ana Paula Oliveira. O PT, do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, foi defendido pelo economista Guilherme Mello e, por fim, o MDB, do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, estava presente na figura do professor de Economia da PUC-Rio, José Márcio Camargo.

Realizado na sede da Fundação Getulio Vargas (FVG) na capital paulista, o evento abriu a oportunidade para que os debatedores detalhassem propostas que estão sendo apresentadas por seus respectivos concorrentes à sucessão presidencial.

Presidenciáveis concordam que projeto de regulamentação do lobby, em tramitação na Câmara, precisa ser votado pelo Congresso

Muitas divergências foram explicitadas, mas pelo menos houve uma concordância: os representantes das quatro legendas no evento promovido pela Abrig e FGV, concordaram que a regulamentação do lobby, cujo o projeto está tramitando em regime de urgência na Câmara dos Deputados desde o fim do ano passado, deve ser votada pelo Congresso Nacional.

Assim como a Abrig, eles consideram que a regulamentação da atividade – que o Ministério do Trabalho reconheceu oficialmente em fevereiro último, com a nomenclatura de profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) – deverá garantir maior transparência às relações entre o setor público e a iniciativa privada. Mas evitaram adiantar qual modelo de regulamentação gostariam de ver implementado no país.

Privatizações deixam de ser tabu nos programas dos candidatos, inclusive o do PT, e integram as estratégias de retomada do crescimento

A reforma trabalhista em vigor e as mudanças nas regras da aposentadoria representaram, por outro turno, os temas de maior potencial para colocar os presidenciáveis em posição totalmente opostas.

As prioridades de cada um deles também divergem. Geraldo Alckmin, por exemplo, quer centrar forças na reforma do Estado. Meirelles não arrenda o pé da reforma da Previdência. O PT de Lula e, agora, de Fernando Haddad, considera prioritária a retomada do emprego e da renda, lançando mão de todos os instrumentos de estímulo disponíveis. Já o senador Alvaro Dias estaria disposto a propor uma revisão constitucional para destravar vários gargalos, parte do plano que batizou de Refundação da República.

A exemplo de pleitos passados, as privatizações também integram na pauta de todos os presidenciáveis. A diferença desta vez está no fato de o tema não ser mais considerado tabu para nenhum deles, nem mesmo para o candidato do PT. As principais divergências se referem ao destino das duas gigantes estatais de energia Eletrobras e Petrobras.

Ao entrar na discussão sobre os programas de governo dos candidatos à Presidência, a Abrig reforça a sua disposição de criar um fórum permanente de debate de políticas públicas. O evento com os formuladores de programas dos partidos se soma a outras iniciativas da entidade, como as quatro edições do Café com Autoridades e as duas conferências internacionais incluídas no calendário da entidade ao longo de 2018.

A seguir, confira os posicionamentos dos representantes dos candidatos a presidente da República defendidos no debate promovido pela Abrig e FGV.

Debate com os coordenadores: Abrig reforça a sua disposição de criar um fórum permanente de debate de políticas públicas

CANDIDATO GERALDO ALKMIN – PSDB

Luis Felipe D'Ávila, do PSDB, com Guilherme Cunha Costa, da Abrig

LUIZ FELIPE D'ÁVILA

Cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CLP), uma organização sem fins lucrativos dedicada à formação de lideranças públicas engajada em promover mudanças transformadoras na política brasileira. É o coordenador-geral do programa de governo do tucano Geraldo Alckmin.

REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

"No mundo inteiro há a regulamentação do ofício do lobista, notadamente nos países desenvolvidos. Precisamos regulamentar o lobby porque, caso contrário, ele passa a ser feito de forma escusa, o que é bem pior. Em primeiro lugar, trata-se de uma atividade legítima, que precisa ser regulamentada. Em segundo, ela pode ajudar no aprimoramento de leis e de regras. E, por fim, é desejável dar transparência a um processo próprio da democracia. Portanto, sou bastante favorável à regulação do lobby e a se dar mais clareza à essa relação entre empresas e governo".

PRIVATIZAÇÕES E DESTINO DE TERRENOS PÚBLICOS

"É importante ter em mente que quando vendemos uma estatal também vendemos o seu patrimônio, refletido no preço a ser pago à União. Agora as empresas que forem apenas fechadas, vamos precisar decidir o que fazer com seus prédios ociosos, se vamos criar fundo imobiliário, se eles vão render receitas ou se não vamos oferecê-los ao mercado. É algo que ainda não está definido no nosso plano. Mas o que for patrimônio das empresas privatizadas irá passar da mão do Estado para o setor privado. É necessário retomar a agenda de privatizações para elevar o bem-estar das pessoas e dar eficiência à economia, com reflexo na redução da dívida pública. As estatais não são indispensáveis para implementar políticas públicas".

O PSDB preparou um plano de desenvolvimento com foco no reforço da eficiência da máquina pública

ELETROBRAS E PETROBRAS

"Privatizar a Eletrobras é ponto pacífico no nosso programa. Já decidimos que vamos concluir esse processo. Quanto à Petrobras, a ideia é não privatizar a empresa, mas sim a sua área de refino, buscando favorecer a competição nesse mercado. A Petrobras tem conhecimento técnico ímpar na exploração de petróleo em águas profundas e, por isso, achamos que ela pode competir no mercado internacional a partir desse grande diferencial. Acho que esse é o grande ativo competitivo da Petrobras, o que não justificaria privatizar ela junto com seu acervo e estrutura de pesquisas".

REFORMA TRABALHISTA

"Precisamos ter regras claras na relação capital-trabalho e não pode ser o que ocorre atualmente. Temos mais de 200 milhões de processos na justiça trabalhista. Isso é uma coisa que faz com que a contratação no Brasil seja uma das mais caras do mundo e uma das mais ineficientes. O passivo disso é incalculável, tornando o desejo de empreender no Brasil uma disposição para a aventura. Ninguém sabe exatamente qual é o seu passivo trabalhista, o que gera insegurança jurídica. Nesse sentido, a reforma trabalhista trouxe ganhos extraordinários para o país. Por isso vamos mantê-la, aprimorando alguns pontos. A questão de mulheres trabalharem em lugar insalubre, por exemplo, precisa ser observada com o maior cuidado. Mas o espírito geral das mudanças, que é simplificar as regras trabalhistas e acabar com a judicialização do mercado de trabalho, deve ser mantido".

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO

"Todas as economias emergentes que tiveram crescimento elevado são abertas e integradas ao mercado internacional. O grande desafio da política de comércio exterior será promover uma crescente integração do Brasil ao comércio exterior, tanto em bens quanto em serviços. Temos tido sucesso em atrair investimentos estrangeiros diretos, mas podemos atrair muito mais ainda, dadas as dimensões do país e as oportunidades de investimento aqui existentes. Por isso, queremos promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras não discriminatórias e afinadas com a Organização Mundial do Comércio. Também vamos assegurar uma abertura comercial em sintonia com o desenvolvimento sustentável. Por fim, vamos revogar barreiras que impedem imigração de mão de obra qualificada por meio da criação de rotas rápidas de concessão de vistos".

PRIORIDADE NÚMERO UM

"A reforma do Estado é a prioridade número um do programa de governo do PSDB. Se a gente não fizer a grande reforma do Estado, que é desburocratizar processos, simplificar regras, criar nova carreira para o servidor público, descentralizar o poder e fazer a reforma política, o Brasil vai continuar ingovernável. A ineficiência do Estado não pode continuar sorvendo recursos da iniciativa privada ou do setor produtivo para financiar um setor que não produz nada e oferece serviços de má qualidade aos contribuintes. Portanto, a reforma do Estado é um imperativo a ser iniciado já no primeiro dia de governo. No que se trata da reforma política, é preciso reduzir o número de partidos com assento no parlamento via cláusula de barreira e voto distrital".

CANDIDATO FERNANDO HADDAD - PT

Guilherme Melo (dir.), do PT, respondendo às perguntas apresentadas por Marcelo Moraes, da Abrig

GUILHERME MELO

Graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP e em Ciências Sociais pela USP, com mestrado em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de SP e doutorado em Ciência Econômica pela Unicamp. Foi professor de economia da PUC-SP, da Facamp e atualmente é professor doutor do Instituto de Economia da Unicamp. É um dos colaboradores do programa de governo do PT, coordenado até então pelo candidato a vice-presidente, Fernando Haddad, atual candidato.

REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

"A relação entre o público e o privado precisa ser transparente. Atualmente no Brasil, o lobby é uma realidade. Todos sabemos que há diferentes pressões do setor privado sobre o setor público. Para nós, o que importa é dar clareza a essas relações no marco legal. É importante que o diálogo entre público e privado seja feito de forma mais clara e transparente, com cada lado deixando claro quais são os seus objetivos. É evidente que o setor público tem compromisso com o bem público e o setor privado tem compromisso com sua rentabilidade, com os ganhos de eficiência e assim por diante. Essa negociação deve ser melhor explicitada até para que a sociedade consiga entender o que está ocorrendo. Temos de avançar nisso para sair desse campo nebuloso. Trata-se de tema importante para nós".

PRIVATIZAÇÕES E DESTINO DE TERRENOS PÚBLICOS

"Não consideramos o tema privatização um tabu. Mas também não o temos como um fetiche. Essa é uma diferença fundamental entre os candidatos. Isso não quer dizer que qualquer privatização seja criminosa ou qualquer privatização seja boa. Tem estatais que são estratégicas para o Brasil. A Petrobras é o caso mais exemplar. O que há é uma análise de setor, caso a caso, onde as relações entre público e privado são decifradas.

É bom identificar quando esta relação é proveitosa, até mesmo para se construir o projeto nacional de desenvolvimento. Agora, quando a estatal ou alguma parte dela não atenderem o interesse público e não estiverem atreladas a um projeto de desenvolvimento, é preciso repensar talvez a forma de atuação, se vale a pena ser privada ou não, pública ou não".

PETROBRAS E ELETROBRAS

"A Petrobras é uma empresa pública que tem ações nas mãos da sociedade. Mas ela tem que se comportar como uma empresa que, ao mesmo tempo, seja capaz de gerar recursos para investir e expandir sua produção, inovar e, também, atender as necessidades de um projeto de desenvolvimento nacional. Hoje em dia, o que está em discussão por aí é uma privatização da Petrobras em pedaços. Até a política de preços da empresa visa isso, ao reajustar diariamente os preços para maximizar rentabilidade e lucro e, assim, dar dividendos ao acionista.

Para o PT, a retomada da economia virá do estímulo ao consumo das famílias e da oferta de crédito

Nessa toada, as ações vão se valorizando para depois privatizar. Não é a nossa visão. A Eletrobras é um caso parecido, ela tem uma capacidade de coordenação do sistema elétrico importante para nós, até porque o sistema elétrico brasileiro é muito baseado em hidrelétricas, se relaciona diretamente com o fluxo de águas. Privatizar o fluxo de águas é uma insanidade. As privatizações de Petrobras e Eletrobras não estão em questão. Inclusive, um dos pontos centrais de nosso programa é justamente suspender a venda dessas empresas que consideramos estratégicas".

REFORMA TRABALHISTA

"Esta reforma trabalhista desestruturou completamente as relações de trabalho no Brasil. Por que? Dois motivos principais. Em primeiro lugar, ela trouxe a desestruturação da relação do trabalhador com a justiça trabalhista.

Hoje o empregado pobre, por exemplo, vai ter muita dificuldade de procurar seus direitos nos tribunais pelo simples motivo que corre o risco de ter que pagar o ônus do processo. Ele fica então desmotivado. Por outro lado, a estrutura sindical também foi desestruturada. Nossa ideia é revogar essa reforma trabalhista e negociar com os trabalhadores, com os empresários e com o governo um novo estatuto do trabalho, que dê conta não só das relações laborais, como também da vida do trabalhador ao longo de sua história, incluindo a velhice. A gente tem que reestruturar e renegociar isso, de maneira negociada, não com um trator, passando por cima da cabeça dos trabalhadores".

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERNO

"Mesmo em um momento de crise, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil continuam elevados, o que mostra que o Brasil é um mercado muito grande, potente e importante. A questão é a seguinte: nosso maior ativo é o mercado interno. O potencial de consumo da nossa população e de geração de riquezas são os maiores atrativos do país. Então como é que podemos reforçar isso? Com um plano emergencial de empregos e de democratização do crédito. Com isso, é possível aumentar a demanda brasileira e, ao mesmo tempo, coordenar isso com um novo projeto de desenvolvimento, para reestruturar as bases produtivas nacionais. Muita parceria público-privado no setor de infraestrutura, por exemplo, seria um caminho para avançar. Estamos criando esses instrumentos de financiamento. Um deles será o Fundo de Infraestrutura que vai ser composto por uma pequena parte das reservas cambiais. O dinheiro que está parado no BNDES e vai ser emprestado para investir em infraestrutura, inclusive com participação do setor privado. O alvo são bons projetos, que geram empregos e têm rentabilidade mais alta. Teremos então propostas para atrair investidores com a garantia de mecanismos de financiamento".

PRIORIDADE NÚMERO UM

"A número um é com certeza resolver a questão do emprego e da renda. Isso é uma obsessão tanto do presidente Lula quanto do Fernando Haddad. Por um motivo muito simples, se conseguirmos retomar a criação de empregos, a renda e o crédito, a roda da economia voltará a girar. Com isso, todos os outros problemas ficam mais fáceis de serem resolvidos, inclusive o problema fiscal. Muita gente diz tem que resolver o problema fiscal e que essa deve ser a prioridade número um. Então propõe lá cortar da Previdência, reduzir gastos e investimentos. Nossa lógica é outra. Para nós, duas reformas são centrais.

Uma é a reforma tributária. A outra é a bancária. Por um lado, estimulamos o investimento e, por outro, a competitividade. Vamos introduzir a progressividade na tributação sobre os bancos. Banco que cobra mais juros, paga mais impostos. E vice-versa. Vamos colocar eles para concorrer, oferecer taxas de juros menores. Emprego, renda e crédito. É assim que vamos conseguir superar os outros problemas mais facilmente".

CANDIDATO HENRIQUE MEIRELLES – MDB

José Márcio de Camargo (dir.), do MDB, respondendo às perguntas apresentadas por Reginaldo Arcuri, da Abrig

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO

Economista com PhD em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Atualmente é professor do Departamento de Economia da PUC-RJ e economista da Opus Investimento, além de ser um dos coordenadores do programa de governo do ex-ministro Henrique Meirelles.

REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

"Transparência é sempre bom. Nesse projeto, a ideia de que o lobby é transparente faz a maior diferença do mundo. Todos sabemos que o lobby vai existir de qualquer forma. Então, aprovar o projeto de regulamentação é, na nossa avaliação, extremamente importante para tornar a atividade mais transparente e capaz de gerar frutos efetivos para sociedade".

PRIVATIZAÇÕES E DESTINO DE TERRENOS PÚBLICOS

"Existem estatais e estatais. Num primeiro plano, temos as mais importantes, como Petrobras, Eletrobras e Correios. Depois, temos outras que dependem fundamentalmente do Tesouro e não têm nenhuma função. Essas, vamos fechar ou privatizar. Tem grande número de estatais desse jeito, que são basicamente cabides de emprego. Quanto às estatais importantes, acho que cada uma tem um ponto específico. A Petrobras, por exemplo, é uma empresa na qual o processo de privatização deve começar pelo refino. Somente depois é que vamos discutir o que fazer com a parte de extração de petróleo. Essa parte tem um problema que tem de ser resolvido, que é a questão da tecnologia de perfuração em águas profundas. A Petrobras é líder mundial nessa tecnologia então a gente tem que ver exatamente o que vai privatizar e o que não vai".

O programa apresentado pelo MDB prevê incentivo fiscal para ampliar a oferta de vagas em creches

ELETROBRAS E BANCOS

"Para a Eletrobras, a nossa proposta é tocar para frente o processo de privatização que está sendo executado agora. Afinal de contas, o Henrique Meirelles era o ministro da fazenda quando esse processo começou. Basicamente, a ideia é exatamente privatizar primeiro as distribuidoras e, depois, a Eletrobras, pulverizando seu capital na bolsa de valores. No que se refere ao sistema bancário, temos aí a questão da concentração extrema. São cinco bancos basicamente. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco e Santander, que controlam quase 90% do mercado de crédito. Dois desses cinco bancos são estatais.

Alguém poderia dizer 'vamos usar os bancos estatais para direcionar o comportamento dos bancos privados', afinal de contas os bancos estatais têm quase 60% do estoque de créditos do mercado bancário. Mas os bancos estatais são exatamente os bancos menos competitivos. Estamos pensando seriamente é incentivar pequenas empresas de crédito digital, que poderão entrar nesse mercado. A gente está pensando, quem sabe, em privatizar até alguma coisa do Banco do Brasil ou da Caixa".

REFORMA TRABALHISTA

"Estamos inteiramente de acordo com a reforma trabalhista. Foi um ganho espetacular para economia brasileira, para sociedade como um todo. Se formos fazer alguma coisa é no sentido de aprofundar a reforma. Não existe nada planejado neste momento, existe dado de que a reforma já foi feita. Nosso objetivo é implementar a reforma trabalhista do jeito que foi aprovada, com o fim do imposto sindical, com os novos contratos de trabalho. A questão da terceirização é, inclusive, manter sua possiblidade para todas as atividades. A ideia é, pois, implementar essa reforma, que na nossa avaliação é muito boa".

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

"A primeira coisa é garantir a segurança jurídica. Brasil é um país que tem uma insegurança jurídica espetacular. Para se ter segurança jurídica, a primeira coisa importante é dar autonomia efetiva para as agências reguladoras de infraestrutura. Não só autonomia decisória, mas também autonomia financeira. A segunda coisa importante é respeitar contratos. É tentar fazer o trabalho junto à Justiça. Não se pode ficar mudando a regulação a cada momento, sujeito os contratos a essas mudanças. Assinados os contratos, vamos respeitá-los. A terceira coisa, que está no nosso projeto de infraestrutura, é simplificar os projetos de concessões. Os projetos de concessões no Brasil são extremamente complicados e demoram anos para serem implementados. Poderia ser algo muito mais simples, através de autorizações".

PRIORIDADE NÚMERO UM

"Se tivesse só uma bala na agulha, ela será destinada a levar adiante a reforma da Previdência. Aprovamos a emenda constitucional do teto do gasto público. Ela é importante porque ela força os agentes a definirem prioridades. Antes poderíamos propor aumento de gastos e ninguém perguntava de onde vinha o dinheiro. Porque o dinheiro ia vir do aumento da carga tributária, do déficit ou da taxa de inflação. O Brasil gasta hoje 13% do PIB com Previdência e Assistência Social. Pior: 57% orçamento federal no país é gasto com Previdência e Assistência Social e 9% para o funcionalismo público. Daqui a 10 anos, 100% do Orçamento vai ser para Previdência e Assistência Social. Então a reforma é fundamental. Além disso, o Brasil está envelhecendo rápido. Agora tem outro projeto que seria a segunda bala de prata e tem exatamente a ver com as crianças. Vamos garantir renúncia fiscal para creches particulares que aceitarem crianças de zero a seis anos de famílias que estejam cadastrados no Bolsa Família. Hoje só 30% das crianças brasileiras frequentam creches. A nossa ideia é colocar 100% das crianças em creches nos próximos quatro anos por meio desse incentivo fiscal. Existe um programa similar para universidade, o Prouni".

CANDIDATO ÁLVARO DIAS – PODEMOS

Ana Paula Oliveira, do Podemos

ANA PAULA DE OLIVEIRA

Economista formada pela PUC-RJ, pós-graduada em Planejamento Estratégico e Financeiro pela University of Edinburgh, na Escócia. Tem ampla experiência nas áreas de gestão, finanças e planejamento, tendo trabalhado em empresas como Shell, AT&T, GVT e Brasil Telecom. É uma das coordenadoras do programa de governo de Alvaro Dias.

REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

"Identificamos que todas as políticas públicas que serão implementadas no próximo governo visam efetivamente defender o que for melhor para o povo. Em relação ao lobby, a gente quer, sim, regulamentar o lobby, mas de forma que qualquer medida que seja aprovada pelo Congresso ou que seja analisada pelos entes públicos tenham em mente, primeiro, o interesse do povo e, segundo, o das empresas que estão atrás dos pedidos efetivamente de solicitações no parlamento".

PRIVATIZAÇÕES E DESTINO PARA OS TERRENOS PÚBLICOS

"A gente tem uma política diferenciada em relação às estatais. O que nós vamos fazer é uma reforma da Previdência diferente do que a que está sendo proposta no Congresso. Vamos criar um produto novo previdenciário, um fundo novo da Previdência que será constituído de contas individualizadas e capitalizadas com ativos da União, incluindo as estatais. E, a partir do momento que as estatais passam a fazer parte desse novo fundo previdenciário, as privatizações vão acontecer de acordo com o momento de maior valorização das empresas, para os seus verdadeiros donos, que serão todos contribuintes, desse novo fundo previdenciário".

ELETROBRAS E PETROBRAS

"O destino da Eletrobras e da Petrobras será o mesmo das empresas estatais, ambas serão incorporadas no novo fundo previdenciário e serão geridas por profissionais do mercado e serão privatizadas no melhor momento de valorização das suas ações".

REFORMA TRABALHISTA

"Pretendemos, sim, alterar o texto já aprovado. O que queremos é uma simplificação das relações entre trabalhadores e empresários. O que vamos propor é uma simplificação, um novo contrato de trabalho que simplifique essa relação e agilize a situação de conflitos entre ambas as partes, por meio da criação de instâncias que não envolvam necessariamente a justiça atua, a justiça do Trabalho para solucionar esses conflitos".

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS EXTERNO

"Qual é o projeto que tem hoje estruturado que efetivamente precisa de verbas para ser inicializado? A gente precisa, primeiro, definir uma política pública de projetos. Então, se a nossa matriz de transporte de carga priorizar as ferrovias, o que nós vamos fazer? Primeiro terminar com as obras de ferrovias existentes. Temos hoje quatro das ferrovias que estão inacabadas por problemas de verbas, mas também problemas de projeto. Então primeiro, garantir que os projetos sejam feitos para essa área, sejam projetos factíveis de serem implementados. Até para dar maior segurança ao investidor dessa área que vai fazer eventualmente uma parceria com governo. Essa foi a necessidade que nós identificamos para começarmos atrair mais investidores. Segundo, a segurança jurídica. Então a primeira coisa é fazer uma organização entre as diversas instituições e agências do governo e determinar que projetos ou qual perfil técnico desses projetos e qual garantia que o investidor vai ter para fazer por exemplo uma parceria com governo".

A prioridade é a revisão constitucional, porque sem uma revisão, não vamos conseguir implantar as outras políticas públicas

PRIORIDADE NÚMERO UM

"Difícil falar sobre prioridades quando a gente tem tantos problemas para resolver. Mas se pudesse sintetizar eu colocaria aí três áreas de foco em relação às propostas: a primeira é a revisão constitucional, porque sem uma revisão constitucional não vamos conseguir implantar as outras políticas públicas. Então, na parte política, uma revisão constitucional logo no início do governo.

Na parte social, de organização da família, identificamos um problema sério que nós temos hoje em relação a situação da mulher, tanto em termos dos salários que não são necessariamente iguais aos salários dos homens nos mesmos cargos, como a situação das mulheres que são mães, vão trabalhar e não têm como garantir uma segurança, uma organização da sua vida familiar. Com isso, vamos criar quatro milhões de novas matrículas em creches e oferecer escola em tempo integral. E na parte da economia, as três reformas básicas que nós precisamos para resolver de vez o problema do déficit público, que é a reforma tributária, com a simplificação de tributos, a instituição de orçamento base zero, para a gente rever todas as despesas da União, e a titulação de mais de cinco milhões de propriedades em sociedades carentes".

[1] **Adriana Vasconcelos** é jornalista e consultora de Comunicação. Graduada pela UnB, atuou como repórter política no Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Globo. Em 2012, abriu sua própria empresa de assessoria e consultoria, a AV Comunicação Multimídia.

ENTREVISTA: PAULO KRAMER

OS GRANDES DESAFIOS DO PRÓXIMO PRESIDENTE

EM UM PAÍS ESTAGNADO POR UMA CRISE SEM FIM, O FUTURO OCUPANTE DO PALÁCIO DO PLANALTO TERÁ QUE REESTRUTURAR A ECONOMIA, MOBILIZAR APOIO DO CONGRESSO E TERMINAR COM A INSTABILIDADE JURÍDICA, TUDO AO MESMO TEMPO. COMO SERÁ POSSÍVEL?

MARINA NINA SILVA SANTOS

Um país estagnado em uma crise político-econômica que parece não ter fim. Elevados índices de desemprego e constante contração das atividades econômicas. Diante desse precário cenário, o próximo presidente do Brasil terá três grandes desafios: no âmbito econômico, na mobilização por apoio político no Congresso Nacional e na busca pelo equilíbrio frente à instabilidade jurídica. É o que afirma o cientista político e consultor Paulo Kramer em entrevista à Revista da Abrig.

Paulo Kramer avalia ainda o conturbado cenário político pelo qual o Brasil atravessa, e fez uma análise do pleito presidencial, o mais volátil, pulverizado e imprevisível desde 1989. Para ele, a disputa eleitoral de 2018 é bastante singular, se comparada aos pleitos anteriores. Um dos fatores que a difere das antecedentes é a possibilidade de a decisão esquivar-se da bipolarização PT x PSDB, que persistiu desde 1994. Segundo o cientista, esse distanciamento dos dois partidos pode ser explicado pela conjunção de escândalos de corrupção aliados à pior recessão econômica da história brasileira, fatores aos quais os grupos estão associados.

"A conjuntura é tão singular e volátil que os dois nomes que lideram as pesquisas de intenção de votos são, de um lado, um ex-presidente populista de esquerda cumprindo pena de prisão de mais de 12 anos, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro (Luiz Inácio Lula da Silva) e, de outro, um obscuro e veterano deputado de direita, capitão paraquedista da reserva do Exército, sem respaldo nas máquinas políticas tradicionais, porém imensamente popular nas redes digitais (Jair Bolsonaro). Apesar das grandes diferenças que separam Lula e Bolsonaro, os políticos representam a tradução da perplexidade do eleitorado e a demanda difusa por messianismo que reemerge na sociedade brasileira em momentos de profunda crise", disse.

Em relação ao caso de Lula, que está preso em Curitiba desde abril, o professor reafirma que a insistência do PT em manter seu nome como candidato até às vésperas do pleito, foi uma estratégia para preservar a sobrevivência política e organizacional da legenda que, em virtude ao desgaste do processo de impeachment de Dilma Roussef, perdeu mais de 60 % das prefeituras nas últimas eleições municipais.

"Se o interesse primordial do lulopetismo fosse mesmo a vitória na eleição presidencial deste ano, a alternativa aparentemente mais razoável para um Lula já quase desenganado de suas chances de manter a candidatura perante o Judiciário seria ungir Ciro Gomes o seu delfim. Afinal, o ex-governador do Ceará despontou nas pesquisas dos dois últimos semestres como a segunda opção dos eleitores do PT. Lula e o PT sabem que a maior vitória hoje ao seu alcance consiste em manter o partido e militância unidos, a fim de assegurar-se um papel relevante no quadro político que emergirá das eleições de outubro, seja ele qual for".

O cientista explica também que, diante do conturbado cenário em que o país se encontra, o eleitor tende a cair na alienação, que se reflete na escalada de "não-voto" (brancos,

PAULO KRAMER é professor e consultor político. Mestre e Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde lecionou disciplinas como Grupos de Interesse e Pressão, Análise de Conjunturas Políticas e Problemas Estratégicos Contemporâneos.

nulos e abstenções). De acordo Kramer, a modalidade do não voto tem crescido a cada eleição e chamado a atenção para o descontentamento da população com a política. Em 2006 o índice de não-voto foi de 25,6%. Já em 2010, o valor foi para 26,76% e, em 2014, 29,03%. Para o pleito de 2018, as projeções dos institutos de pesquisas oscilam em torno de um terço do eleitorado, somando à parcela de aproximadamente 10% que ainda não sabe em quem votar. Exemplo dessa crescente são as recentes eleições suplementares para os governos do Amazonas, em 2017, do Tocantins, em junho deste ano. No primeiro caso, o não voto bateu em 36,32%; no segundo, atingiu a marca de impressionantes 51,83%.

"Acredito que podemos prever uma avalanche de brancos, nulos e abstenções. O eleitorado está raivoso e descrente na sua avaliação da classe política, dos partidos e, o que é pior, da atividade política em si. A enxurrada do não-voto poderá frustrar a expectativa de parte do eleitorado que anseia pela renovação dos seus gestores. Vejo nisso um paradoxo, ou aparente paradoxo. A avalanche do não-voto acabará frustrando as expectativas de renovação. Desde a redemocratização, a taxa de rodízio nas cadeiras do Congresso é relativamente alta: 40%, em média, a cada quadriênio, na Câmara dos Deputados. No entanto, é válido dizer que o perfil dos substituídos é extremamente semelhante ao daqueles que os substituem. Não raro, o ocupante resolve se retirar ou concorrer a outro cargo, 'legando' sua cadeira a parentes ou a aliados próximos do seu clã".

Lula e o PT sabem que a maior vitória hoje ao seu alcance consiste em manter o partido e militância unidos, a fim de assegurar-se um papel relevante no quadro político que emergirá das eleições de outubro, seja ele qual for

MAIS TEMPO, MAIS RECURSOS, MAIS ESTRATÉGIA

O professor avalia ainda que os resultados das pesquisas, que vinham se mantendo estáveis nos últimos meses, passaram a sofrer maiores flutuações, devido ao início das campanhas eleitorais, em 31 de agosto. Ele explica também que os candidatos com mais tempo de propagandas políticas, mais recursos e que melhor souberem usar o advento da internet poderão sobressair-se na disputa.

O tempo de propaganda de TV e no rádio, e o dinheiro destinado às campanhas - proveniente dos fundos eleitoral e partidário - variam de acordo com o tamanho das coligações, mais precisamente, do número de parlamentares dos partidos políticos que as constituem. Já a internet, sobretudo, as redes sociais, são a principal fonte para a decisão do voto de boa parte do eleitorado. Um estudo divulgado pelo Ipespe, sob encomenda da XP Investimentos, aponta que, enquanto 35% os entrevistados apostam na TV como fonte de esclarecimentos, 20% dos eleitores preferem a internet.

Outro estudo do Ipobe aponta que 97% dos domicílios brasileiros possuem um aparelho de TV e 67% da população tem acesso à internet. Frente a esse contexto, o professor avalia que as candidaturas com menos tempos na programação de TV e rádio recorrerão às redes sociais, para compensar sua presença junto à base eleitoral.

"Vale ressaltar, no entanto, que a 'pegada digital' de cada candidatura varia conforme a capacidade de produzir engajamentos, ou seja, com a maior ou menor disposição de seus seguidores para interagir em apoio aos respectivos presidenciáveis, defendendo-os ou atacando/contra-atacando os adversários no ciberespaço, na blogosfera, etc".

DESAFIOS DO PRÓXIMO PRESIDENTE

Em relação aos obstáculos a serem enfrentados pelo próximo presidente, Kramer destaca que o maior deles

será no âmbito econômico, em que o gestor precisará ser estratégico para reverter o quadro preocupante das contas públicas. Apenas entre 2014 e 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) teve três drásticas reduções, obrigando o governo a tomar medidas que, ainda que necessárias, não foram recebidas com bons olhos por parte da população. Paralelo a esse fator, o desemprego aumentou consideravelmente, chegando à marca de 13 milhões de desempregados.

Segundo o professor, o descontrole histórico das contas públicas é o grande vilão, e o governo de Michel Temer deu alguns passos importantes para a reversão do quadro econômico do país. Entre esses avanços, ele destaca a promulgação da Emenda Constitucional 95, que impõe um teto para os gastos federais, e a reforma trabalhista, que reduziu a intervenção da Justiça do Trabalho nas negociações entre patrões e empregados, pôs fim ao imposto sindical obrigatório e apresentou regras mais flexíveis para novas relações laborais. Outra medida que Kramer considera essencial, mas que está estagnada no Congresso por falta de apoio político, é a reforma da Previdência, setor em que os gastos públicos chegaram a R$ 182, 4 bilhões, em 2017.

Quem for eleito, deverá ser um bom articulador e conquistar apoio político dos parlamentares para manter a agenda reformista. O Congresso continuará muito fragmentado, partidariamente pulverizado, sensível ao lobby de corporações burocráticas influentes e poderosas na defesa dos seus privilégios

"Quem for eleito, deverá ser um bom articulador e conquistar apoio político dos parlamentares para manter a agenda reformista. O Congresso continuará muito fragmentado, partidariamente pulverizado, sensível ao lobby de corporações burocráticas influentes e poderosas na defesa dos seus privilégios. Mas é preciso ser mobilizador, pois, à medida em que Temer perdia força no parlamento, as chances da reforma previdenciária – uma mudança, insisto, absolutamente indispensável e urgente – evaporaram".

Kramer esclarece também que, desde a reconstitucionalização do país, nenhum presidente obteve para o seu partido mais de 20% das cadeiras da Câmara. Dessa forma, o sistema político, pelo menos, em curto prazo, seguirá subdividido.

"Enquanto no parlamentarismo clássico, a maioria legislativa forma o governo, no presidencialismo à brasileira, é o governo que precisa construir a maioria no Congresso, utilizando como argumentos emendas orçamentárias, distribuição de cargos aos afilhados dos parlamentares da base e, como vimos no Mensalão e no Petrolão, dinheiro vivo".

O terceiro desafio e não menos importante é ter equilíbrio para lidar com o elevado potencial de conflito e instabilidade jurídica presente no Judiciário, que segundo Kramer é um sistema empoderado por recente geração de leis anticorrupção. Essas divergências, explica, seriam geradas por choques políticos/ideológicos e, até mesmo, entre diferentes as distintas instâncias judiciais do sistema de Justiça, como por exemplo, tribunais regionais federais contra tribunais superiores.

OPERAÇÃO LAVA-JATO E ANSEIO POR MUDANÇA

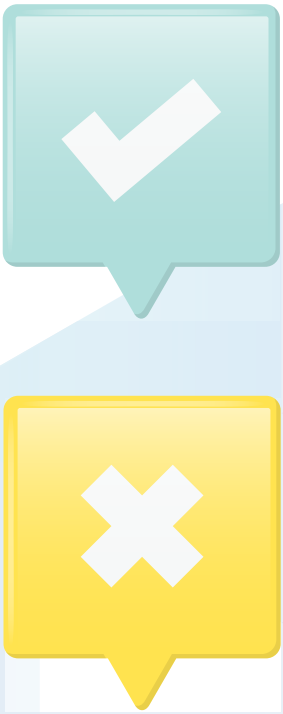
Nesse contexto de extremo descontentamento da população com a política nos âmbitos municipal, estadual e federal, Kramer ressalta a importância da Operação Lava-Jato para o Brasil e seu impacto no eleitorado. Para o professor, nunca antes na história do Brasil o povo foi tão bombardeado com revelações minuciosas das graves ilicitudes cometidas por seus representantes eleitos e isso interfere bastante, quando se trata das eleições. O conjunto de investigações da Polícia Federal teve início em 2014 e configura-se como o maior esquema de combate à corrupção e lavagem de dinheiro do país.

De acordo com dados do Ministério Público Federal, desde o início da operação até julho do ano passado, foram realizadas 67 acusações criminais contra 282 pessoas (sem repetição de nomes). Estima-se que em 34 casos houve sentença por crimes de corrupção, contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e outros. Até o momento, 107 pessoas foram condenadas por infrações distintas. Ao todo, R$ 10,3 bilhões são alvo de recuperação e R$ 3,2 bilhões em bens dos réus já foram bloqueados.

"Considero que, por mais chocantes que se afigurem, esses números têm um aspecto muito positivo, pois mostram que instituições como Justiça Federal, Ministério Público, Polícia Federal, tribunais de contas e outras estão funcionando, cumprindo sua missão de fiscalizar e punir. O grande problema reside nas instituições 'proativas', dos poderes Executivo e Legislativo, deslegitimadas, paralisadas ou funcionando com dificuldade ante o descrédito generalizado", finalizou.

MITOS E VERDADES

SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE RIG (PL 1202/07)



1 - Mito: O substitutivo cria a profissão de "lobista".
Verdade: No dia 19/02/2018, a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações - passou a reconhecer o profissional de RIG, atribuindo-lhe 91 competências e tornando a atividade uma das mais complexas dentre mais de 2.500. O substitutivo apenas define as regras de como se dará a interação entre o público e o privado.

2 - Mito: A discussão do projeto está açodada.
Verdade: A participação da sociedade no processo legislativo consta no RI da Câmara desde 1972. O Congresso discute o assunto desde 1984 quando o então Senador Marco Maciel apresentou o PLS 25. O PL que se encontra em Plenário é de 2007, tendo sido apreciado pela CTASP em 26/11/2008 e pela CCJC em 07/12/2016.

3 - Mito: A regulamentação da atividade de RIG (Lobby) restringirá a participação social.
Verdade: Vai aumentar. O substitutivo ao PL 1202/07 regulamenta o que já acontece na prática e iguala todos os interessados no processo de decisão política.

4 - Mito: A aprovação da lei reduzirá a corrupção.
Verdade: A corrupção é uma questão cultural. Já existem 10 regramentos jurídicos, entre artigos do código penal, tratados internacionais e leis específicas que tipificam os crimes envolvendo as relações espúrias entre agentes públicos e privados.

5 - Mito: O Brasil vai burocratizar a participação social.
Verdade: A OCDE e a Transparência Internacional sugerem que os países definam regras claras e objetivas para o "lobby". A quase totalidade dos países desenvolvidos perceberam os ganhos de se regulamentar a atividade. Atualmente 23 países o fizeram, tais como EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Austrália, Chile, Letônia, Lituânia entre outros.

6 - Mito: Relatórios anuais e cadastros obrigatórios aumentam a transparência.
Verdade: Os relatórios se mostraram inúteis, aumentaram os custos das autarquias e daqueles que seguem as leis. O cadastro obrigatório restringe a participação social, cria "cartórios" e polui os registros. O cadastro é apenas uma identificação prévia no órgão público aonde se exerce a atividade e deve ser entendido como um "selo de qualidade".

7 - Mito: Não há unanimidade sobre a regulamentação.
Verdade: Alguns defendem que a Lei irá burocratizar uma atividade já existente. Outros preferem manter a falsa impressão que somente poucos podem atuar e há aqueles que não desejam o controle social. Respeitamos todos, mas nós, da Abrig, entendemos que a regulamentação definirá regras, trará segurança para as autoridades e transparência para a sociedade.

8 - Mito: O substitutivo acaba com a isonomia.
Verdade: Está, literalmente, inserida no artigo 2º. O texto original estabelecia que a autoridade pública concederia palavra e tempo iguais para as partes. Seria positivo, mas na prática, acarretaria em questionamentos jurídicos, burocracia excessiva, empobrecimento do debate e, em pouco tempo, a autoridade iria preferir não receber e nem mesmo abrir audiência pública.

9 - Mito: O substitutivo altera outras leis.
Verdade: O substitutivo não invadiu leis consolidadas que tratam de temas como quarentena, ilícitos penais e acesso à informação. As regras eleitorais também foram mantidas.

10 - Mito: Os EUA são a referência internacional em regulamentação.
Verdade: Desde 2007 quando aprovou uma Lei burocrática e policialesca, exigindo cursos, registros e relatórios, o número de profissionais registrados nos EUA decresceu ao nível registrado em 1998. Nenhum ilícito foi comprovado ou antecipado com base nos relatórios. Atualmente a referência é a Comunidade Europeia que norteou o substitutivo ao PL 1202/07.

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

COLUNA

RELAÇÕES LEGISLATIVAS

ELEIÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

MIGUEL GERÔNIMO DA NÓBREGA NETO[1]

O ano de 2018 oferece uma janela de oportunidade para que a população brasileira pratique a sua mais nobre e importante forma de exercício de cidadania por meio da efetiva participação no processo de escolha de seus representantes junto ao Poder Público.

Paralelamente a isso, necessário se faz discutir e viabilizar instrumentos capazes de reduzir a distância entre representantes e representados, uma vez que o envolvimento da sociedade nas decisões do Estado é um desafio da democracia contemporânea, traduzindo-se em tema de grande interesse para ambas as partes.

Por representar a sociedade brasileira, canal próprio e eficaz para a consolidação da democracia, os Parlamentos devem envidar esforços com vistas a abranger a sociedade nos trabalhos legislativos, de modo a garantir a participação do povo nos debates e no processo de formação do ordenamento jurídico nacional. Nesse contexto, todas as ações que resultem na aproximação da população com o Parlamento devem ser muito bem exploradas por todo e qualquer segmento da sociedade.

Diversos são os mecanismos de que o Poder Legislativo dispõe para aproximar a população de suas decisões. Quando da elaboração da Constituição de 1988, o legislador percebeu o débito com os segmentos da sociedade e viabilizou meios para que o povo – verdadeiro titular do poder – manifestasse suas preocupações perante o Congresso Nacional. Para isso, os constituintes reconheceram a força da sociedade, ao introduzir o art. 14, I a III (BRASIL, 2018), estabelecendo que a soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, bem como por plebiscito, referendo e iniciativa popular.

O projeto de lei de iniciativa dos eleitores previsto no art. 61, § 2º, da Carta Política (BRASIL, 2018), inicia sua tramitação pela Câmara dos Deputados. Considerando-se que na eleição de 2018 estão aptos a votar 147.302.357 eleitores (BRASIL, 2018a), são exigidas 1% (um por centro) de subscrição (1.473.357 assinaturas), distribuídas em pelo menos cinco Unidades da Federação, com não menos de três milésimos de subscrições em cada uma delas. Infelizmente, na prática, esse instrumento não tem se firmado como um mecanismo de efetiva participação popular dadas as dificuldades de obtenção de apoio por meio da assinatura manuscritas em papel. Para oficializar e viabilizar a tramitação do projeto na Casa do povo, as poucas tentativas empreendidas tiveram que ser patrocinadas pelo Presidente da República e por parlamentares, já que são grandes as dificuldades operacionais de conferência dos dados apresentadas pelos eleitores (assinatura, nome completo, número do título de eleitor). Esse obstáculo demanda a imperiosa necessidade de modernização do processo de coleta de dados do eleitor, com a utilização da Internet integrada com sistemas eletrônicos modernos e eficientes. Um dos poucos exemplos a serem destacados é a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 2010), que dispõe sobre as hipóteses de inelegibilidade, visando proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

Um bom caminho para efetivar a ação participativa do povo no processo legislativo é por meio da atuação das comissões parlamentares. Por estes organismos, as duas Casas do Congresso Nacional estabelecem interação importante com a sociedade, uma vez que cabe a elas, dentre outras atribuições, receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; promover conferências, exposições, palestras ou seminários. Cumpre salientar que é a partir da apresentação de petições e outros subsídios informacionais junto ao Poder Público que a atividade de RIG exerce o seu importante papel de interferir no processo decisório.

Destaca-se a realização de reuniões de audiências públicas que tem como objetivo principal debater com os representantes da sociedade civil matérias de interesse recíproco – povo e Parlamento. Mediante proposta dos parlamentares, como também por solicitação de entidades interessadas, o debate se dá sistematicamente no âmbito das comissões. Nesses encontros, qualquer cidadão pode assistir às discussões dos parlamentares e dos expositores

convidados. O Objetivo do debate é tratar de assuntos de interesse público relevantes com vistas a instruir as matérias que tramitam no Poder Legislativo, bem como debater temas de interesse da sociedade.

Fruto da concepção moderna de Poder Legislativo que atribui ao cidadão o importante papel de co-autor junto a seus representantes na construção da verdadeira democracia, as Ouvidorias Parlamentares representam um valoroso meio de que a população dispõe para o acompanhamento do trabalho de seus representantes no Congresso Nacional. É assim um canal de acesso para o controle e avaliação da gestão pública, intermediando a relação do cidadão com a Administração.

Diversos meios de comunicação pertencentes à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal devem ser explorados pela população. Financiados pelos tributos recolhidos pelo povo, as Casas legislativas dispõem de canais de TV e Rádio, assim como possuem jornais e agências de notícias, os quais servem como instrumentos de divulgação da atividade parlamentar, exibindo diariamente os seus serviços de maneira ampla. Mais do que a mera condição de expectadora, a população deve interagir com esses meios de comunicação, participando da programação, oferecendo, inclusive, sugestões de pauta.

Além disso, para avançar na transparência e na ética das decisões das Casas legislativas, com vistas a resgatar a credibilidade esperada do Parlamento, o cidadão deve estar atendo às deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de interferir e não permitir decisões corporativistas entre os parlamentares. Para isso, deve acompanhar os trabalhos do Colegiado e refletir politicamente sobre as suas decisões. A finalidade é resgatar a credibilidade do Parlamento brasileiro, abrindo espaço para uma nova relação entre parlamentar e cidadão, firmado na responsabilidade social e política de cada um dos representantes.

Visando facilitar o acesso às informações sem necessariamente deslocar o cidadão fisicamente para dentro do recinto do Parlamento, as Casas do Congresso Nacional têm alocado importantes recursos para o desenvolvimento de sistemas e programas que disseminam as informações legislativas por meio da Internet. Para tanto, dispõem de portais eletrônicos que democratizam informações (www.camara.leg.br; www.senado.leg.br; www.congressonacional.leg.br). Destacadamente, a Câmara dos Deputados desenvolveu o Sistema de Informações Legislativas – SILEG -, que viabiliza o acesso ao Poder Legislativo por meio eletrônico, o que permite dar celeridade à divulgação das informações produzidas no âmbito parlamentar.

A tecnologia utilizada no SILEG agrega recursos da rede mundial de computadores – Internet -, bem como de sistemas e processos que permitem o acompanhamento em tempo real dos acontecimentos no Legislativo, como também o examinando a atuação de cada Deputado Federal (biografia, proposições apresentadas etc).

Permite a visualização de milhares de proposições em tramitação na Casa, cujas informações estão disponíveis em seu inteiro teor nos Portais de cada um dos órgãos legislativos. Entre outros importantes serviços postos à disposição da população, existe a divulgação dos discursos dos parlamentares, dando conta do posicionamento quanto às ideias e opiniões dos representantes. Pode-se citar também dois aplicativos móveis gratuitos de grande utilidade para quem acompanha os trabalhos na Câmara dos Deputados: o Infoleg e o Câmara Notícias. Tais instrumentos permitem o conhecimento por parte dos usuários das principais atividades exercidas pelo parlamentar no dia a dia do Legislativo.

Nota-se o avanço que o Parlamento vem empreendendo para aperfeiçoar o exercício da participação popular no processo legislativo, mesmo considerando que muitas iniciativas ainda precisam ser aprimoradas para maior fiscalização das ações das autoridades governamentais. A despeito desses esforços por parte da Administração, registra-se a necessidade de o cidadão se envolver mais com o processo decisório público. Essa atividade já é inerente a quem atua na atividade de RIG, daí o incontestável papel para a consolidação da democracia brasileira, ao contribuir para o estreitamento das relações entre representante e representado.

Nesse contexto, as eleições de 2018 prometem pautar decisivamente as agendas econômicas e sociais dos próximos quatro anos no País, mas tão somente com a participação ativa do povo, não só no período das eleições, mas também ao longo dos quatro anos da legislatura, será possível fazer a diferença junto ao Parlamento ao imputar aos políticos a obrigatoriedade de cumprimento das promessas de campanha. O objetivo dessa participação é inaugurar um novo ciclo na relação entre os representantes eleitos e o povo, o verdadeiro protagonista e titular do poder, consagrado no art. 1º da Carta Constitucional.

[1] **Miguel Gerônimo da Nóbrega Neto** é mestre em Poder Legislativo e especialista em Processo Legislativo. Graduado em Ciências Econômicas e em Direito. Professor de Processo Legislativo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Abrig/IEL. Autor de cinco livros sobre Processo Legislativo. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da OAB/DF. Coordenador do Comitê de Regulamentação da Abrig e membro do Comitê de Capacitação da Entidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS

ABRIG PROMOVE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE SEGURANÇA JURÍDICA E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

DEBATES TRATAM DA IMPORTÂNCIA DO BRASIL TER ESTABILIDADE NA INTERPRETAÇÃO DAS LEIS E COMO UM CENÁRIO ESTÁVEL PODE ATRAIR O CAPITAL EXTERNO E FAVORECER O DESENVOLVIMENTO. É A 2ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ABRIG

IVONICE CAMPOS E EDUARDO FAYET[1]

Sem leis estáveis, claras e de fácil cumprimento as decisões de investimentos e negócios em um país ficam inibidas. A economia trava e o progresso paralisa. Atentos aos caminhos que o ambiente jurídico do Brasil segue e como ele favorece os investimentos estrangeiros, a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) traz à tona a segunda Conferência Internacional, com o tema Mais Segurança Jurídica e Mais Investimento Estrangeiro.

A Conferência Internacional 2018, idealizada pela Abrig, acontece dia 25 de setembro de 2018, no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, Praça dos Três

Poderes, em Brasília. Tendo por objetivo promover o debate sobre políticas públicas voltadas para a ampliação dos investimentos estrangeiros no Brasil. Tais medidas geram desenvolvimento, produção e emprego no país, além de aproximar a sociedade e o Estado.

"Os debates durante a Conferência Internacional visam o engrandecimento do Brasil ao elucidar, por exemplo, como estão as políticas públicas no mundo e quais modelos podemos adequar à realidade brasileira", afirma Guilherme Cunha Costa, presidente da Abrig. "O fomento dessas atividades econômicas e empresariais geram emprego e divisas para o país", completa.

A conferência será prestigiada por autoridades setoriais e públicas – dos poderes executivo, judiciário e legislativo –, empresas nacionais e internacionais de capital aberto e fechado. Os palestrantes e debatedores convidados pela Abrig são os principais envolvidos nas discussões de políticas públicas no Brasil e no exterior. Estão unidos na busca por resultados para regularizar e melhorar a perspectiva brasileira com mais investimento estrangeiro e mais segurança jurídica.

MAIS INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

O Banco Central do Brasil divulgou o relatório "Focus" contendo informações sobre a economia brasileira. Até o final de 2018 os dados apontam um recuo na entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil (IDB) de US$ 68 bilhões para US$ 67 bilhões. Para 2019, a estimativa dos analistas sobe para US$ 74 bilhões.

"O investimento estrangeiro direto depende se vai existir ou não oportunidades de novos negócios que gerem rentabilidade nas operações. No Brasil, ainda há uma grande incerteza sobre isso", afirma Alicia Bárcena, secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), organismo vinculado às Nações Unidas.

Também para 2018, a Cepal publicou um relatório enfatizando que setores como energias renováveis, telecomunicações e fabricação de automóveis são exemplos de estrutura produtiva que podem melhorar o IDP de toda a região da América Latina e Caribe.

Pelo ponto de vista do setor energético, onde o Brasil possui relevância mundial, Damiam Popolo, diretor de relações institucionais e regulatório da Eneva e associado da Abrig, afirma que diversas iniciativas vêm sendo tomadas pelo poder público para dar transparência e incentivar a eficiência no setor.

"As perspectivas de investimento no setor de energia são positivas no Brasil, mas poderiam ser ampliadas com aperfeiçoamentos regulatórios que acompanhem a evolução dinâmica do setor", afirma.

Como melhorar e aumentar a proporção de investimentos estrangeiros no país, em especial os setores que necessitam investimento a longo prazo, integram os debates da Conferência Internacional + Segurança Jurídica + Investimento Estrangeiro na perspectiva de encaminhamentos a partir do debate entre o setor público e privado.

> **"Os debates durante a Conferência Internacional visam o engrandecimento do Brasil ao elucidar, por exemplo, como estão as políticas públicas no mundo e quais modelos podemos adequar à realidade brasileira"**
> **Guilherme Cunha Costa**, presidente da Abrig

MAIS SEGURANÇA JURÍDICA

Segurança jurídica, fundamento do direito brasileiro, ligado à organização jurídica desde o início da civilização, busca garantir a boa convivência entre os cidadãos. Sua importância histórica é respaldada pelo aparecimento na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, e no preâmbulo da Constituição Francesa de 1793.

No ordenamento brasileiro, o fundamento da segurança jurídica, também conhecido como princípio da confiança legítima (proteção da confiança), é um dos subprincípios básicos do Estado de Direito. Portanto, trata-se de um dos mais importantes princípios gerais do Direito.

No Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foram publicadas cinco milhões de normas e leis. Cerca de 2/3 das leis aprovadas pelo Congresso Nacional são contestadas no Poder Judiciário enquanto o Diário Oficial da União publica diariamente cerca de 740 novas normas para o ordenamento jurídico brasileiro.

"O Brasil tem passado por um período de instabilidade política, nossas instituições são consolidadas, mas percebe-se a judicialização da política e a politização da justiça, fazendo com que a segurança jurídica seja afetada. Não precisamos de mais leis, precisamos de mais estabilidade", afirma Guilherme Cunha Costa, presidente da Abrig.

Os desafios para ampliar a segurança jurídica e o alerta sobre as consequências negativas que um ambiente de insegurança nas leis pode gerar às empresas integram os debates na Conferência Internacional + Segurança Jurídica + Investimento Estrangeiro. Especialistas do Brasil e do exterior, do setor público e privado dispõem-se a debater como atrair investidores para áreas importantes onde o país possui grande potencial de crescimento como agronegócio, mineração, comércio internacional e eletrônico.

TEMAS FUNDAMENTAIS

Na Conferência, propõe-se olhar o Direito como ciência cultural e valorativa. A partir dele são criadas normas de conduta que objetivam transformar o mundo em um mundo melhor ou ideal aos olhos da sociedade.

Uma sociedade dinâmica, atenta às evoluções e mudanças de opinião é saudável. Porém, alterar um entendimento diversas vezes deixa o sistema inseguro. Dessa forma, torna-se fundamental priorizar a discussão sobre a importância do Direito e da segurança jurídica como fator de estabilidade social, bem como a repercussão de sua existência na decisão de criação de novos negócios ou no desenvolvimento de outros.

Neste contexto, a segurança jurídica assegura estabilidade e a garantia de um julgamento imparcial O assunto está ligado ao significado de justiça e avaliza o próprio princípio da isonomia, pelo qual todos são iguais perante a lei.

Notoriamente um ambiente estável juridicamente atrai a atenção de investidores. Por consequência, o capital estrangeiro passa a enxergar o país com olhos mais confiáveis, apostando nos brasileiros.

Uma sociedade dinâmica, atenta às evoluções e mudanças de opinião é saudável. Porém, alterar um entendimento diversas vezes deixa o sistema inseguro. Dessa forma, torna-se fundamental priorizar a discussão sobre a importância do Direito e da segurança jurídica como fator de estabilidade social

A Abrig tem buscado trazer à tona, de forma ética e transparente, o debate sobre políticas públicas. Por isso, apoia a conferência internacional ao buscar esclarecer de forma concisa e clara aos seus mais de quinhentos associados e à sociedade sobre as consequências negativas que um ambiente de insegurança jurídica pode gerar às empresas, bem como apontar algumas soluções que vêm sendo tomadas pelo estado no sentido de minorar esse problema.

PAINEIS DE DEBATES

A Conferência Internacional 2018 + Segurança Jurídica e + Investimento Estrangeiro divide-se em três paineis temáticos.

O primeiro apresenta o tema Acordo de Leniência e Compliance. O Presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa media o debate ao lado dos convidados do Judiciário, Legislativo e Executivo. Os palestrantes e convidados conversam sobre os desafios para alcançar

a segurança jurídica e aumentar as oportunidades de investimento estrangeiro.

O segundo painel traz os temas do agronegócio e da mineração bem como os desafios para o licenciamento ambiental, o registro de terras, a infraestrutura logística e o cenário de como estão os investimentos estrangeiros no setor. João Henrique Hummel Vieira do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) coordena as ideias apresentadas pelos convidados representantes desses importantes setores da economia brasileira.

O diretor da Abrig, Márcio Artiaga, media o terceiro painel, sob o tema Comércio Internacional e Eletrônico. Trocas de experiências sobre cross border e oportunidades de negócios internacionais para o Brasil pautam o debate.

São entidades parceiras da Abrig na Conferência Internacional 2018 + Segurança Jurídica e + Investimento Estrangeiro: Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Notoriamente um ambiente estável juridicamente atrai a atenção de investidores. Por consequência, o capital estrangeiro passa a enxergar o país com olhos mais confiáveis, apostando nos brasileiros. Por essa razão a Abrig tem buscado trazer à tona, de forma ética e transparente, o debate sobre políticas públicas

ABRIG

A Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) congrega mais de quinhentos profissionais de relações institucionais e governamentais – pessoas físicas e jurídicas. Desde 2007, contribui para a formulação de políticas públicas e seus marcos regulatórios e promove a participação da sociedade civil e do setor privado nos processos de decisão política em prol do desenvolvimento do país.

Entre os pilares para o desenvolvimento dos processos de relações institucionais e governamentais, a Abrig acompanha o legislativo no desenrolar das leis no país e no exterior; investe no relacionamento entre especialistas da área organizando reuniões periódicas, encontros com autoridade e debates informais como café e happy hours; capacita profissionais oferendo cursos de extensão, missões internacionais, seminários e conferências; além de repercutir em meios externos e próprios (revista Abrig, site, mídias sociais, news letter, e-mails, grupos no WhatApp) as conquistas e clamores da área.

[1] **Ivonice Campos** é engenheira especializada em Relações Internacionais, Planejamento Estratégico e Gerência; atua na representação dos segmentos do setor energético, especialmente energias renováveis e sustentabilidade, na formulação e viabilização de políticas públicas e regulamentação, implantação de projetos de infraestrutura, ainda como consultora executiva em RIG. Acredita na prosperidade sustentável.

[1] **Eduardo Fayet** é engenheiro e consultor de Novos Negócios. Bacharel em Administração pela PUC do Paraná, Mestre em Logística Empresarial e Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Possui experiência como consultor em grandes empresas nas áreas de Desenvolvimento Empresarial, com ênfase em novos mercados, transformação empresarial, inovação e educação empresarial e corporativa. Atuou como professor da PUC Paraná e, atualmente, no UniCeub, Brasília.

* Colaborou **Mariana Rosa**

ACOMPANHE A ABRIG NA INTERNET!

WWW.ABRIG.ORG.BR ABRIG ABRIG_RIG TVABRIG ABRIG

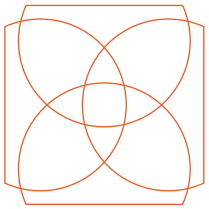
COLUNA

INVESTIMENTOS

QUEM QUER DINHEIRO? QUEM QUER DINHEIRO?

DIANTE DA INSEGURANÇA JURÍDICA DO PAÍS, OS INVESTIDORES ESTRANGEIROS FICAM EM POLVOROSA, MILHARES DE EMPRESAS NACIONAIS FECHAM SUAS PORTAS E MILHÕES DE TRABALHADORES PERDEM SEUS EMPREGOS

PAULO CASTELO BRANCO[1]



Esta fala disseminada pelo país serve para representar a situação do Brasil nesta quadra. É pergunta usada por um popular apresentador de televisão que oferece ao auditório cédulas em formato de avião, arremessando-as em direção aos presentes a provocar breve tumulto, até que todas as cédulas são apanhadas.

Neste momento tumultuado da vida nacional, em que milhares de empresas nacionais fecham suas portas e dezenas de outras, estrangeiras, reduzem os investimentos e milhões de trabalhadores perdem seus empregos, o dinheiro suado e legalizado não é mais levado para fora em malas ou transferidos para outros países de forma ilícita. Hoje, em simples operação bancária, as aplicações e investimentos circulam de um lugar para outro em segundos.

Essa realidade é resultado da insegurança jurídica que deixa investidores em polvorosa a cada pesquisa eleitoral. O trabalho dos especialistas em economia e política para esclarecer a situação é hercúleo, e muitos deixam de ser ouvidos por falta de argumentos para convencer que o país, apesar dos desacertos, é porto seguro. Não é; como expor as complexas situações a investidores que desejam saber como um condenado e preso por corrupção permanece influindo nas áreas nobres e populares e ainda é aprovado por milhões de brasileiros em pesquisas de opinião sobre eleições?

Em conversas com empresários é possível perceber o desencanto e a opção por soluções radicais que, na verdade, nos levarão a traumas e enfrentamentos. As propostas simplistas de acabar com tudo para começar do zero não merecem prosperar e estão em desacordo com os avanços que obtivemos desde o pós-guerra

A política desarranjou o país, deixando de lado a sensatez e o espírito público. Ao eleitor são apresentados candidatos escolhidos pelos partidos políticos dentre os controladores do sistema. Dessa forma, já nas pré-candidaturas, observou-se que a esperada renovação do parlamento não irá acontecer. O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, prestigiada entidade, em suas pesquisas informou que a renovação poderá ser menor do que legislaturas anteriores. Explique isso ao investidor nacional e estrangeiro que sabe a dimensão dos escândalos que afetaram nosso país de forma arrasadora!

Em conversas com empresários é possível perceber o desencanto e a opção por soluções radicais que, na

verdade, nos levarão a traumas e enfrentamentos. As propostas simplistas de acabar com tudo para começar do zero não merecem prosperar e estão em desacordo com os avanços que obtivemos desde o pós-guerra.

É compreensível sentir-se inseguro neste país rico, de dimensões continentais, sendo que as leis são aplicadas de acordo com o momento, e não com o real sentido da lei, causando danos irreparáveis a investidores que aqui chegaram em época favorável, colocaram o seu dinheiro em empreendimento de porte para, em pouco tempo, terem os seus rendimentos pulverizados. Desmontam fábricas, desempregam, e saem para outros reais portos seguros. Por outro lado, prejudicando mais ainda nossa fragilizada economia, chegam os abutres para se deliciar com ganhos imediatos, saindo, como os predadores, logo que o mercado parece sucumbir.

Dia desses, empresário estrangeiro, com longo período de permanência no Brasil, colocou a seguinte questão sobre o atual cenário: "Como será possível resolver a alteração da composição do Supremo Tribunal Federal; na Segunda Turma, três dos ministros votam a favor em julgamentos e dois contra a tese sobre cumprimento de pena após decisão de segunda instância. Com a posse do novo presidente, Ministro Dias Toffoli, e a ida da Ministra Carmen Lúcia para a composição da turma, as decisões sobre o assunto deverão ser três votos contra e dois a favor da principal tese", e prosseguiu: "Já no plenário, o resultado era de seis votos contra e cinco a favor, com a nova composição, o resultado, obviamente, será de seis a cinco contra a prisão. Imaginem se numa situação crucial para o destino do país ocorrem contradições como esse o que posso esperar sobre decisões sobre mim e os meus investimentos?"

Os presentes entreolharam-se e um arriscou a resposta: Isto é momentaneamente, é como soltar uma bomba atômica; o impacto é grande, as perdas enormes, mas logo a fumaça se dispersa. – "Você está enganado, respondeu o empresário, até hoje o mundo sofre os efeitos das bombas. É assim com a economia; durante anos vocês sofrerão os efeitos desse período".

Por fim, o garçom, que nos atendia e observava a conversa, interferiu e disse, - "Com licença, isso é a tal da insegurança jurídica".

[1] Paulo Castelo Branco é Presidente do Conselho de Ética da ABRIG. Advogado especialista em mediação e conciliação, escritor, cidadão honorário de Brasília, ex-presidente do Tribunal de Ética da OAB-DF e ex-membro da Câmara de Ética do Conselho Federal da OAB.

COLUNA

JUDICIÁRIO

SEGURANÇA JURÍDICA: COMO ESTAMOS?

MIRIAN LAVOCAT[1]

Vivemos em um país de dimensões continentais com culturas –e costumes diversos, em suas regiões geográficas. Olhando para a organização do Sistema Judiciário Brasileiro, podemos afirmar que possivelmente, trata-se de um dos maiores do mundo. Contamos com 90 (noventa) tribunais: 4 (quatro) tribunais superiores; 05 (cinco) tribunais regionais federais; 24 (vinte e quatro) tribunal regionais do trabalho; 27 (vinte e sete) tribunais regionais eleitorais; 3 (três) tribunais de Justiça Militar; 27 (vinte e sete) tribunais de justiça.

Não por outro motivo, quedou-se o legislador brasileiro, seja o legislador Constituinte originário, seja o legislador ordinário derivado, em buscar assegurar aos jurisdicionados, a segurança Jurídica das decisões judiciais, princípio basilar do Estado Democrático de Direito.

É a segurança jurídica que nos permite a previsibilidade das decisões judiciais, possibilitando-nos planejar ações, seja no âmbito dos negócios, seja no âmbito social. O mesmo princípio, fortalece-nos como Nação, atraindo o capital estrangeiro, assegurando o seu investimento e o retorno do capital investido.

Com o advento do código de processo civil de 2015, criou-se um alvoroço, dentro do cenário jurídico brasileiro, no que diz respeito à implementação do art. 926. Visando ao fortalecimento do princípio mater do Direto Processual Civil – segurança jurídica –, este dispositivo defende o fenômeno da "jurisprudencialização", de modo a garantir certa previsibilidade dos tribunais, e consequente estabilidade econômico-social em face do coletivo.

É de se elogiar o famoso e recente episódio envolvendo o ex-presidente Lula, quando o Supremo negou seu habeas corpus, autorizando a execução da pena condenatória antes do trânsito em julgado. A ministra Rosa Webber, mesmo possuindo posicionamento expresso contrário à prisão com condenação em segunda instância, acompanhou a jurisprudência já assentada pelo plenário daquela Corte, prezando pela manutenção da segurança jurídica

Impende destacar que a "jurisprudencialização" nada mais é do que a análise dos processos judiciais como se estivesse elaborando um romance em cadeia, ou seja, para a redação de um novo capítulo/ nova decisão, necessário se faz a verificação dos outros capítulos/ decisões que já foram elaboradas para seguir uma linha coerente e lógica dentro da história.

Nesta linha, a crítica mais contundente acerca da estabilidade jurisprudencial, defendida nesta lei em apreço, é justamente a possível estagnação dos entendimentos consolidados nos tribunais pátrios, permanecendo concepções retrógradas estabelecidas em circunstâncias fáticas divergentes da atualidade.

No entanto, há de se ressaltar que a elaboração desta norma teve inspiração no sistema anglo-saxão de precedentes (Common Law), mais especificamente na doutrina stare decisis, a qual, também, prioriza os conceitos de integridade e coerência dentro da jurisprudência dos tribunais. Nesta doutrina, entende-se uma decisão como íntegra, quando ela está em consonância com uma interpretação totalizante do ordenamento jurídico, incluindo a Constituição Federal e seus valores principiológicos. Já sua coerência se demonstra quando, diante da ausência de alterações fáticas relevantes, ocorre a manutenção de entendimentos anteriores.

Desta feita, esta norma não trata da impossibilidade de revogação de jurisprudência firmada nos tribunais (overrruling), até porque, diante da volatilidade das

demandas sociais na atualidade, tal mecanismo é imprescindível para a evolução do Direito. O cerne da questão é justamente trazer alguns parâmetros objetivos para que ocorram estas alterações; isto é, somente empregar a técnica do overrulling, quando existentes certos requisitos autorizativos, de maneira a evitar qualquer arbitrariedade nociva à coesão do nosso ordenamento.

No âmbito tributário, são recorrentes os julgados que acabam indo de encontro ao princípio da segurança jurídica, causando significativo desconforto, seja para os operadores do direito, seja no ambiente de negócios. Traz-se, como exemplo elucidativo, o julgamento do REsp nº 1.641.228/CE, iniciado em maio/2017, pelo Superior Tribunal de Justiça, no qual o Min. Francisco Falcão, ao passar a integrar a composição da 2º Turma, divergiu de jurisprudência consolidada desde 2016, no tocante à inclusão das despesas com os serviços de capatazia na base de cálculo do Imposto de Importação, acompanhando posicionamento favorável à Fazenda Nacional.

Coube ao Min. Mauro Campbell observar que, em virtude da inexistência de fatos novos, a simples ausência física do Min. Francisco Falcão no julgamento de 2016 (REsp nº 1.528.204/SC) não justificaria o seu dissenso em relação à jurisprudência pacífica daquela 2ª Turma, que até então, era favorável aos contribuintes.

Apesar de ainda não finalizado o julgamento pelo Tribunal da Cidadania, o STJ, a incerteza do resultado do julgamento a ser alcançado pelo Tribunal já resultou em insegurança, replanejamento e consequente redução no ambiente de negócios das empresas aduaneiras com inevitável diminuição dos postos de trabalho.

Em contrapartida, é de se elogiar, o famoso e recente episódio do nosso ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, quando o Supremo Tribunal Federal negou seu habeas corpus, autorizando a execução da pena condenatória antes do trânsito em julgado. A Min. Rosa Webber, mesmo possuindo posicionamento expresso contrário à prisão com condenação em segunda instância, acompanhou a jurisprudência já assentada pelo plenário daquela Corte, prezando pela manutenção da segurança jurídica. Em seu voto, foi incisiva: "A meu juízo, a imprevisibilidade por si só qualifica-se como elemento capaz de degenerar o direito em arbítrio. (...) a simples mudança de composição não constitui fator suficiente para legitimar a alteração da jurisprudência".

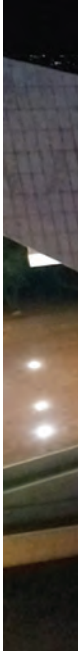
Neste caso em específico, é ainda mais relevante a preservação da eficácia horizontal dos precedentes, pois trata-se da Corte Maior, guardiã da Constituição cidadã, cujo o entendimento, caso alterado, influenciaria abruptamente futuras decisões de todo os tribunais pátrios sobre o mesmo tema.

Resta clara, portanto, a imprescindibilidade de normas que assegurem certa estabilidade jurídica dentro dos tribunais; é natural que a sociedade evolua e as decisões também venham a acompanhá-la, entretanto, deve-se ter em mente que, tais mudanças, afetam inúmeros indivíduos, logo, são necessários parâmetros objetivos para que elas afetem minimamente a unidade do sistema jurídico e suas implicações políticas, econômicas e sociais.

[1] **Mírian Lavocat** é Sócia-fundadora de Lavocat Advogados. Foi advogada da Confederação Nacional da Indústria – CNI, conselheira do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda e, posteriormente, do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, além do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego. É Consultora da Comissão Especial de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal.

PRÊMIO MARCO MACIEL

A HORA E A VEZ DA ÉTICA E DA TRANSPARÊNCIA



ABRIG RECONHECE O TRABALHO DE ENTIDADES NO FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE RIG, ANUNCIA OS VENCEDORES DAS CINCO CATEGORIAS DO 1º PRÊMIO MARCO MACIEL: ÉTICA E TRANSPARÊNCIA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, E CONSOLIDA EVENTO COM O LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO

MARIANA ROSA E ISADORA CAMPOS PALHARES [1]

Pelo segundo ano consecutivo a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) realiza o Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e o Privado. No dia 25 de setembro de 2018, o monumento Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, no coração da Praça dos Três Poderes, em Brasília, transforma-se no palco do encontro que reconhece e premia instituições e profissionais que com suas ações contribuem para o fortalecimento da ética e da transparência nas instituições públicas e privadas no Brasil.

"Homenagear a figura de Marco Maciel, que tanto se dedicou à questão pública com ética, transparência e competência, é uma obrigação dos brasileiros. Sem dúvida nenhuma, esse Prêmio representa um orgulho para os profissionais de RIG e para o país", afirma Guilherme Cunha Costa, presidente da Abrig.

A premiação possui abrangência nacional e periodicidade anual. Após os candidatos realizarem a inscrição no Prêmio, pelo site da Abrig, os trabalhos são avaliados pelo olhar apurado da comissão julgadora formada por um indicado dos comitês de capacitação e comunicação, do conselho superior e da diretoria da Associação e um jornalista especializado em RIG, totalizando cinco especialistas.

Os troféus para os vencedores das cinco categorias

Os jurados avaliam as instituições que, por intermédio de personalidades, profissionais, acadêmicos, autoridades públicas e jornalistas, agem com profissionalismo, seja em âmbito público e privado, bem como inerentes à atuação de autoridades públicas e políticas de governo.

"O Prêmio Marco Maciel é uma realização de prosperidade. Ao ser realizado na Praça dos Três Poderes, no Panteão da Pátria e da Liberdade, ele sinaliza a conduta dos profissionais de RIG no Brasil: sempre atuando em praça aberta, de forma transparente, tentando promover experiências bem-sucedidas no assessoramento e condução de negociações que levem informação e conhecimento aos tomadores de decisão", diz Ivonice Campos, vice-presidente Abrig e uma das idealizadoras do Prêmio.

CATEGORIAS DE TRABALHOS

RIG em organizações públicas
Instituição pública que no bojo de sua atuação específica tenha se destacado para o engrandecimento da atividade de relações institucionais e governamentais nacionalmente e o fomento da ética e transparência na relação entre o público e o privado.

Instituição de ensino em RIG
Instituições de ensino, por intermédio de acadêmicos ou estudiosos, tenha se destacado em projeto vinculado à temática com programas de capacitação ou pesquisas sobre a atividade de relações institucionais e governamentais, dessa forma, contribuindo nacionalmente para o incremento do desenvolvimento da atividade, bem como para a assunção de novas práticas.

RIG na sociedade civil organizada
Pessoa jurídica, pessoa física, associação, confederação,

Panteão da Pátria, durante o lançamento do 1º Prêmio Marco Maciel, em setembro de 2017. O local foi escolhido para a cerimônia de premiação, a 25 de setembro de 2018.

sindicato, sociedade civil organizada e entidade com atuação na área, que tenha contribuído para o engrandecimento da atividade de RIG nacionalmente e fomentado a ética e a transparência na relação entre o público, privado e sociedade civil brasileira.

Jornalismo sobre atividade de RIG
Matéria ou conjunto de matérias de comunicação veiculadas, com comprovada relevância, sobre a importância da atividade e do profissional de RIG no panorama nacional, bem como a inserção da atuação brasileira em cenário mundial.

RIG em organizações privadas ou mistas
Instituição privada ou mista que no âmbito de sua atuação específica tenha se destacado nacionalmente para o engrandecimento da atividade de RIG e o fomento da ética e transparência na relação entre o público e o privado.

ABRIG

A Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) congrega mais de quinhentos profissionais de relações institucionais e governamentais – pessoas físicas e jurídicas. Desde 2007, contribui para a formulação de políticas públicas e seus marcos regulatórios. Promove a participação da sociedade civil e do setor privado nos processos de decisão política em prol do desenvolvimento do país.

"Ao longo de 10 anos da associação, percebemos os profissionais de RIG mais unidos, trabalhando de forma generosa em favor do Brasil. Congregamos um time de especialistas renomados, permanente construindo a história ao lado dos tomadores de decisão e da sociedade", afirma Ivonice Campos, vice-presidente da associação.

Os trabalhos inscritos no Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e o Privado passam a integrar a Biblioteca Virtual, uma iniciativa da Abrig. O espaço na internet centraliza, "na nuvem", várias publicações e textos acadêmicos de áreas correlatas às relações governamentais. São mais de 550 obras já disponíveis, gratuitamente, para capacitação de profissionais de Relações Institucionais e Governamentais.

A qualificação do profissional de RIG é uma qualificação nacional e internacional, por isso a Associação se mantém sintonizada com as melhores práticas ao redor do mundo. Levar conhecimento e informação para as políticas públicas é o papel, por excelência, do profissional de RIG.

> **"Congregamos um time de especialistas renomados, permanentemente construindo a história ao lado dos tomadores de decisão e da sociedade"**
> **Ivonice Campos**, vice-presidente da Abrig

MARCO MACIEL

Conhecido pelo caráter conciliador, Marco Antônio de Oliveira Maciel nasceu em Recife dia 21 de julho de 1940. Iniciou a carreira política em 1977 como deputado. Na sequência, foi governador de Pernambuco, vice-presidente da República – de 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – e senador de 2003 até 2011. Em 2003, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira do antecessor Roberto Marinho. Diagnosticado com Alzheimer, o político está afastado da vida pública desde 2011. A frase "Adversários, poderia tê-los, mas inimigos nunca" resume o pensamento do professor, advogado e torcedor do Santa Cruz aclamado como um dos mais discretos e hábeis articuladores políticos da história brasileira.

[1] **Mariana Rosa** é jornalista em Brasília. Trabalhou nos principais veículos de comunicação da capital, destaque para Correio Braziliense, Jornal de Brasília, portais Metrópoles e GPS|LifeTime. Foi editora da revista GPS|Brasília e atualmente colabora com a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

[1] **Isadora Campos de Castro Palhares** é advogada, especialista em Prestação Jurisprudencial e em Direto Público pelo Instituto dos Magistrados do Distrito Federal, Mestre em Mediação e Arbitragem pela Instituto Kurt Boech, da Universidade de Genebra. Profissional de RIG, membro da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-DF e associada da Abrig.

CAPACITAÇÃO

A CARTA DE SANTIAGO

COM O OBJETIVO DE CONHECER, ESTUDAR E APROFUNDAR O CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO CHILENA DE REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY ADOTADA PELO PAÍS A PARTIR DE 2014, UM GRUPO COMPOSTO POR INTERESSADOS E PROFISSIONAIS DE RIG CONHECEU, ENTRE OS DIAS 28 A 30 DE MAIO DE 2018, O MÓDULO INTERNACIONAL DO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS DA ABRIG E DO INSTITUTO EUVALDO LODI, IEL. AO FINAL, O GRUPO ASSINOU UM DOCUMENTO, BATIZADO DE CARTA DE SANTIAGO

Foram convidados representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República e da Controladoria Geral da União, além de diversos segmentos do setor econômico brasileiro.

A comitiva de 18 brasileiros representando a Câmara dos Deputados, a Presidência da República, a Abrig, a Confederação Nacional da Indústria, Federações de Indústrias Estaduais, e ainda os setores: automotivo, farmacêutico, construção civil, mineração, advocacia, consultoria em RIG, energético, telecomunicação, papel e celulose e educação.

Após 3 dias de apresentações dos diversos atores de governo, entidades públicas e privadas e da academia, sobre a legislação vigente de lobby no Chile, a comitiva brasileira confeccionou a presente “Carta de Santiago” com o objetivo de externar e compartilhar as conclusões da missão.

Os signatários da Carta de Santiago: apoio ao substitutivo ao PL 1202/07

CONSIDERANDO a importância de se observar a experiência internacional;

CONSIDERANDO que o Brasil é reconhecidamente o País da América Latina que mais avançou em Leis sobre a transparência no setor público, compliance, regras no processo licitatório, definição de ilícitos penais na troca de interesses entre os agentes públicos e privados, que resultaram em 9 ordenamentos jurídicos que limitam a atuação desses agentes;

CONSIDERANDO que o Brasil é reconhecidamente um País que avançou em legislações que possibilitam a interação entre o público e o privado na formulação de políticas públicas, inclusive reconhecendo oficialmente a ocupação do profissional de RIG – Relações Institucionais e Governamentais;

CONSIDERANDO que no Brasil há uma lacuna que defina de forma clara e objetiva como pode ser feita a interação dos agentes públicos e privados no debate de políticas públicas.

RESOLVEM apoiar o substitutivo ao PL 1202/07 em discussão na Câmara dos Deputados de autoria da Deputada Cristiane Brasil. Em razão de ser uma proposta clara e objetiva; que proporciona a participação da sociedade no debate de políticas públicas; que não altera Leis vigentes; reforça a transparência, a segurança para as autoridades e para os legítimos interessados. Trata-se de um substitutivo principiológico que não burocratiza o processo de decisão política e não criminaliza a participação da sociedade organizada.

Santiago do Chile, 30 de maio de 2018.

Adriana Benatti, Brenda Parada Granados, Cesar Carlos Wanderley Galiza, Cristiane Brasil, Daniel Daher Junior, Guilherme Cunha Costa, Ivanilda Frazão Tolentino, João Antonio Monteiro Tavares, Letícia Yumi de Rezende Luciano Inácio de Souza, Luiz Fermino Hames Júnior, Marcelo Liviero Carvalho de Moraes, Mariangela Fialek, Monique Presser Cigolini, Rogério Oliveira de Castro Vieira, Sâmara Martins da Silva, Tacyra Oliveira Valois Nery, Wilson Antonio Borges

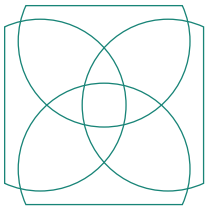
ARTIGO

NOVOS NEGÓCIOS

A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E O FIM DO DINHEIRO

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS ESTÃO REVOLUCIONANDO DIVERSAS ÁREAS DA ECONOMIA GLOBAL. O PRÓXIMO SETOR A PASSAR POR TRANSFORMAÇÕES PROFUNDAS É O FINANCEIRO, PRINCIPALMENTE PELAS INOVAÇÕES PROMOVIDAS PELAS FINTECHS

RICARDO CAPUCIO [1]



Você já notou como a sua vida vem sendo totalmente transformada pela tecnologia?

Provavelmente sim, e você não está sozinho nessa. O modo de vida da sociedade está em um processo de transformação completa, graças ao desenvolvimento e à popularização de novas tecnologias que estão levando nossa civilização a um novo patamar. Estamos na era da transformação digital.

E quando eu falo sobre novas tecnologias, estou falando sim sobre robótica, inteligência artificial e nanotecnologia, entre outros exemplos que soam muito futurísticos. Mas também estou falando de outros aspectos que já estão no nosso dia-a-dia, com os quais já nos acostumamos, talvez até sem notar o quanto nossa vida mudou (e melhorou) graças a eles.

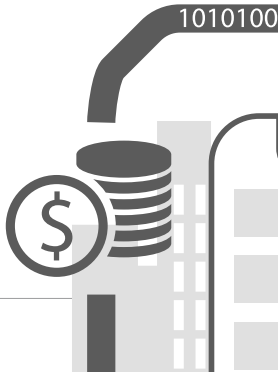
Hoje você não precisa mais ficar parado na rua esperando um táxi de madrugada: basta chamar pelo aplicativo. Também não perde mais tempo ao telefone ouvindo as 32 opções de pizzas disponíveis no cardápio da pizzaria do bairro, pois ao invés disso acessa o aplicativo de Delivery de sua preferência para solicitar com muito mais comodidade. Ir ao banco é coisa rara, quase tudo é resolvido pelo internet banking. Hoje as agências, o banco o gerente, tudo é digital.

Neste exato momento as empresas de cartões de crédito estão buscando formas de se adequar a um mundo sem cartões físicos nas carteiras das pessoas. Este cenário édado como certo numa janela de poucos anos

O que falar das empresas de telefonia, que assistem sem ter o que fazer a comunicação por voz ser substituída pela troca de mensagens em instant messengers (como o Whatsapp)? E o mercado editorial? Jornais e revistas vêm fechando as portas às baciadas. Até mesmo a TV, que parecia inabalável, se vê cada mais ameaçada pelos serviços de streaming de vídeo sob demanda, como Netflix e Youtube.

Se você olha para estes exemplos e pensa “ahhh, mas tudo isso é muito óbvio”, parabéns! Sua vida está passando pela transformação digital e você sequer está sentindo um grande impacto. Mas experimente ir a um banco e ficar 2 horas na fila e vai perceber o quanto essa transformação torna sua vida muito mais confortável.

E já que estamos falando de bancos, é bom ficar atento ao setor financeiro, pois a próxima grande onda da



transformação digital já está acontecendo exatamente aí, mais especificamente na área de pagamentos.

O DINHEIRO FÍSICO PODE ACABAR?

Se você acha essa pergunta fantasiosa, veja o que diz a ementa do Projeto de Lei 48/2015:

"Extingue a produção, circulação e uso do dinheiro em espécie, e determina que as transações financeiras se realizem apenas através do sistema digital".

É exatamente isso. Há mais de 3 anos encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei que visa extinguir o dinheiro em espécie no Brasil. E isso é bom mas, vamos lá, esse tipo de mudança vem muito mais do mercado que de uma canetada parlamentar. Na verdade esse é um tema sério e que deveríamos acompanhar com todo o cuidado, pois irá impactar todos nós.

Então, para que possamos ficar por dentro e debater com nossos representantes (parlamentares) é necessário entender o que está acontecendo no mundo.

Neste exato momento as empresas de cartões de crédito estão buscando formas de se adequar a um mundo sem cartões físicos nas carteiras das pessoas. Este cenário é dado como certo numa janela de poucos anos.

Se não haverá mais cartões, então o que vai acontecer? Voltaremos ao dinheiro em espécie? Você já deve imaginar que não.

ADEUS, CARTÕES. BEM-VINDAS, CARTEIRAS DIGITAIS.

Você já faz quase tudo na vida usando o seu smartphone, não é verdade? Movimentação bancária, comunicação, navegação por mapas, controles em geral, compras online... até mesmo as relações afetivas têm se iniciado através de apps de paquera.

Se "tudo", no seu caso, ainda não inclui o pagamento das suas compras no supermercado do bairro, do tira-gosto no bar da esquina ou do medicamento na farmácia mais próxima usando o celular, saiba que em breve isso será uma realidade.

No Brasil as carteiras digitais ainda não são tão populares, mas agora os smartphones da Apple e da Samsung já vêm, respectivamente, com o Apple Pay e o Samsung Pay incorporados. Como as duas marcas dominam o mercado, isso significa dizer que a adoção de pagamentos digitais vai explodir muito em breve.

A realidade é que o Brasil está muito atrasado nesse aspecto. Na China, líder global em pagamentos digitais, a projeção é de que, em 2021, 79,3% dos usuários de smartphones estejam utilizando seus aparelhos para realizar pagamentos.

O mercado chinês tem algumas particularidades, como o fato de o instant messenger mais popular do país ser, ao

invés do Whatsapp, o WeChat, um aplicativo que vai muito além da troca de mensagens e que, entre outros recursos, também faz pagamentos. Com o já mencionado advento do Apple Pay e do Samsung Pay, a tendência do Brasil é seguir o mesmo caminho.

COMO SERÃO OS NOVOS BANCOS?

Se tudo isso parece revolucionário, saiba que estamos falando apenas da ponta do iceberg. A transformação no setor financeiro tende a ser tão profunda que até os bancos e sistemas de pagamentos no formato atual podem estar com os seus dias contados.

Você certamente já ouviu falar do Blockchain, uma tecnologia que muitos associam exclusivamente à moeda virtual Bitcoin. Na realidade o Blockchain garante a segurança de qualquer tipo de informação transacionada em meios digitais, o que pode ser útil em diversas aplicações, como por exemplo registros imobiliários, contratos, identidades sociais, assinaturas digitais e, claro, transações financeiras.

Ocorre que a segurança descentralizada que o Blockchain proporciona, quando chegar a atingir grandes escalas, tende a naturalmente dispensar a necessidade de entidades centralizadoras privadas em diversos tipos de transações financeiras.

Se tudo isso parece revolucionário, saiba que estamos falando apenas da ponta do iceberg. A transformação no setor financeiro tende a ser tão profunda que atéos bancos e sistemas de pagamentos no formato atual podem estar com os seus dias contados

No Blockchain qualquer transação, por menor que seja, fica guardada em registros sequenciais públicos, que não podem ser alterados, pois não ficam centralizados em um servidor ou entidade únicos. Qualquer tentativa de fraude no Blockchain seria totalmente inócua, pois não seria refletida na cadeia de dados públicos.

Além de aumentar a segurança, o Blockchain elimina do processo a figura de intermediadores - como os bancos. As transações podem ser feitas diretamente de usuário a usuário, ficando registradas publicamente e de maneira disseminada na rede. Neste cenário, os custos de transações caem vertiginosamente, corrigindo uma distorção mercadológica onde os bancos passaram a focar em atividades meio (e não na sua atividade fim) gerando um mercado de muitos bilhões (ou até trilhões) de dólares mundialmente, sendo grande parte dessa receita proveniente de tarifas de transações que não cabem mais na realidade atual.

FINTECHS E INCLUSÃO FINANCEIRA

Outro grande benefício da utilização de meios digitais de pagamento associados ao Blockchain é a inclusão no sistema financeiro de milhões de pessoas que hoje são excluídas pelo simples fatos de não serem suficientemente “interessantes” (leia-se não gerar grandes margens de lucro).

É aqui que entram em cena as fintechs - empresas altamente inovadoras que apostam em tecnologias e nichos de mercado não explorados pelas grandes empresas.

Além de oferecer transações financeiras muito mais baratas, o Blockchain também dispensa uma série de burocracias que fazem com que de 50 a 60 milhões de pessoas apenas no Brasil sejam impedidas de participar do sistema financeiro (ou simplesmente abrir uma conta bancária).

Com a segurança e transparência inerentes à tecnologia, o Blockchain fornece agilidade, inclusão, redução de custos e desburocratização ao setor financeiro, e numa única tacada, possibilita a inclusão financeira de dezenas de milhões de pessoas no Brasil e bilhões em todo o mundo.

Os próximos anos nos reservam uma verdadeira revolução no setor financeiro. Será que estamos prestes a testemunhar o fim do dinheiro físico? Em quanto tempo essa realidade será preponderante? E quanto aos projetos de lei em tramitação em nosso Congresso? Ficar atento a esta nova realidade, em especial quanto às normas que estão sendo construídas agora mas que obrigarão a todos nós no futuro, é papel fundamental de cada um. Estamos hoje construindo uma nova comunidade de valores e onde esperamos que todos se beneficiem. Convido a você conhecer projetos inspiradores como o (www.conta.mobi) e (www.pague.mobi) e ver um pouco de como estamos contribuindo, deixando aqui meu contato caso queira compartilhar suas experiências e se juntar a nós nesta instigante revolução.

[1] **Ricardo Capucio** é advogado, especialista em direito das tecnologias, empreendedor social e de transformação digital no setor financeiro, minerador de criptomoedas e entusiasta de blockchain.

SUA EMPRESA EM MAIS DE 6.000 PONTOS FÍSICOS PARA PAGAMENTOS, SAQUES E DEPÓSITOS **EM TODO O BRASIL.**

PAGUE . MOBI

Seus clientes tem a necessidade de receber pagamentos, realizar saques ou depósitos em dinheiro em todos os municípios do país?

Sua empresa pode oferecer essa facilidade! Conecte-se a nossa plataforma.

Saiba mais em:

WWW.PAGUE.MOBI

PARCERIAS

UMA NOVA COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA

ABRIG E CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL (CACB) SELAM ACORDO DE PARCERIA PARA AUMENTAR A ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE RIG

IVONICE CAMPOS E MARIANA ROSA[1]

A Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) firmam dia 4 de setembro, em Brasília, um acordo de cooperação para atuação conjunta na implementação de projetos, ações e iniciativas comuns que visem o desenvolvimento social, econômico e sustentável no país.

A parceria vai aumentar a atuação dos profissionais de relações institucionais e governamentais (RIG) no país e internacionalmente por meios dos eventos mundiais onde as duas associações cooperam. Também possibilitará o acesso das empresas vinculadas à CACB aos conteúdos, informações, proposições e profissionais associados à Abrig.

Essa cooperação posiciona a Abrig ao lado da CACB na atuação junto às federações presentes nos 26 estados e no Distrito Federal e nas 2.300 associações comerciais e empresariais nas quais a Confederação possui representantes. Outros dois milhões de empresas, de todos os setores da economia, participam da instituição por adesão voluntária.

Os mais de quinhentos profissionais associados à Abrig – pessoas físicas e jurídicas – passam a cooperar com a CACB nos processos de influenciar tomadas de decisão, sempre de maneira qualificada. Tendo em vista que a grande maioria dos profissionais de relações institucionais e governamentais são graduados e pós-graduados em suas áreas de competência.

George Pinheiro, presidente da CACB, e Ivonice Campos, vice-presidente da Abrig, assinaram o acordo na presença da superintendente Juliana Kämpf e do assessor Jurídico Rafael Machado, da Confederação. A Abrig foi representada por Eduardo Fayet, responsável por projetos estratégicos, e Ruy Coutinho, membro da diretoria e presidente da Latin Link Consultoria.

"A parceria entre as duas entidades começa a partir da assinatura deste acordo de cooperação. Na Abrig temos profissionais especializados em diversos setores debatendo as questões do país em conjunto, em prol de melhorar as políticas públicas em favor do desenvolvimento da nação. Por certo, o Brasil vai ganhar muito com esta parceria inteligente", completa Ivonice Campos, vice-Presidente da Abrig.

INTERNACIONAL

Dando prosseguimento à parceria, as duas Associações brasileiras seguem juntas na organização da edição 2019 da assembleia anual da Associação Ibero-americana das Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços (AICO). O presidente da CACB, George Pinheiro, propôs que o encontro fosse realizado durante o Congresso Mundial das Câmaras de Comércio (World Chambers Congress), que será coorganizado pela Confederação.

Ao propor a realização do evento no Brasil, Pinheiro afirmou que o intuito é fortalecer a presença dos países latino-americanos no evento, que ocorrerá pela primeira vez na América do Sul. A Câmara de Mediação e Arbitragem da CACB participará do encontro.

O WCC 2019, evento organizado pela International Chamber of Commerce (ICC) e a World Chambers

Federation (WCF), em parceria com a CACB, e a Assembleia da AICO serão realizadas de 12 a 14 de junho no Rio de Janeiro. A expectativa é receber mais de três mil participantes, de mais de 110 países.

Entre os dias 29 de setembro e 2 de outubro, a CACB segue para a XLV Assembleia Geral da AICO (o segundo encontro de 2018) e LI Assembleia da CIAC em Lisboa, Portugal, para tratar das perspectivas econômicas da América Latina com a Europa e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Estarão presentes representantes da Península Ibérica (Andorra, Espanha e Portugal), América do Norte, América Central, Caraíbas e América Sul (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai) e da região dos Andes (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

ABRIG

Em fevereiro de 2018, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reconheceu o profissional de relações institucionais e governamentais como ocupação. A atividade foi incluída na lista de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) com mais de 93 tipos de ocupação como a responsabilidade por elaborar planos estratégicos nas áreas de comercialização, marketing e comunicação para empresas, além de assessorar diretoria e setores internos das companhias.

Todas as associações comerciais, nos três níveis de governo, em escalada municipal e estadual possam a ter acesso aos cursos de capacitação oferecidos pelos profissionais da Abrig. O sucesso dessa parceria em prol do desenvolvimento está aliada aos esforços dos profissionais de RIG junto às associações comerciais de sua região. Incentivando a implementação de projetos, ações e iniciativas por meio de debates com autoridades, tomadores de decisões políticas e conferências e cursos de capacitação e treinamento.

Desde 2007, a Associação contribui para a formulação de políticas públicas e seus marcos regulatórios além de promove a participação da sociedade civil e do setor privado nos processos de decisão política em prol do desenvolvimento do país.

CACB

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil tem sua origem nas associações comerciais de cada estado brasileiro, muitas nascidas quando o país ainda era uma colônia portuguesa. Os primeiros pontos de reuniões de comerciantes surgiram na Bahia e no Rio de Janeiro e todas tiveram como objetivo fortalecer, dignificar e proteger os que viviam em torno do comércio e em defesa da liberdade e da cidadania.

Em 1811, enquanto a Bahia ainda se reerguia da crise gerada pela saída da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, 48 anos antes, o governador desta capitania, D. Marcos de Noronha e Barro, oitavo Conde dos Arcos, recebia a autorização para construir a sede da Praça do Comércio e em 1816 a entregava pronta. Nasceu assim a Associação Comercial da Bahia.

Em 1912, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Barão de Ibirocahy, reuniu em sua cidade os presidentes das associações dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe. Nascia assim a Federação das Associações Comerciais do Brasil que, em 1963, passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

Até 1994 a CACB funcionou junto à Associação Comercial do Rio de Janeiro, quando então constituiu o Núcleo Operacional Brasília. Em 1999, decidiu pela transferência para Brasília. Em 2002, para melhor representar todos os segmentos da economia, a entidade passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

Atualmente, a CACB reúne 2.300 associações comerciais e empresariais, congregando mais de dois milhões de empresários.

Nos dois mil maiores municípios brasileiros as associações comerciais agrupam representantes da indústria, do comércio, da agricultura, das instituições financeiras, dos serviços e dos profissionais liberais. Todos reunidos de forma espontânea e sem nenhum vínculo sindical.

*Com informações da CACB

[1] **Ivonice Campos** é engenheira especializada em Relações Internacionais, Planejamento Estratégico e Gerência; atua na representação dos segmentos do setor energético, especialmente energias renováveis e sustentabilidade, na formulação e viabilização de políticas públicas e regulamentação, implantação de projetos de infraestrutura, ainda como consultora executiva em RIG. Acredita na prosperidade sustentável.

[1] **Mariana Rosa** é jornalista há 10 anos em Brasília. Trabalhou nos principais veículos de comunicação na capital, destaque para Correio Braziliense, Jornal de Brasília, portais Metrópoles e GPS|LifeTime. Foi editora da revista GPS|Brasília e atualmente colabora com a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

ESTUDO DE CASO IEL

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

AUMENTA O NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DE LOBBY NO PAÍS, ASSIM CRESCE A NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E OS INVESTIMENTOS EM QUALIDADE E EXCELÊNCIA DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Imagine o Estádio Nacional Mané Garrincha, de Brasília, lotado em toda a sua capacidade de 72.788 pessoas. E, à espera para entrar, mais 23.212 pessoas em volta da arena. Um número expressivo, com essa mesma proporção, é o resultado do novo censo informal sobre o número de profissionais de relações governamentais no Brasil, feito por um grupo de cientistas políticos em parceria com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE). São aproximadamente 96.000 profissionais em todos os estados, a maioria em

atuação em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O dado mostra a dimensão que a atividade alcançou no país – antes restrita a pequenos grupos, hoje uma profissão em ascendência. "Entretanto, ao mesmo tempo em que o profissional de Relações Governamentais é reconhecido e vê sua área de atuação crescer em múltiplas direções, surge, por isso mesmo, a necessidade de aprimorar sua formação e capacidade técnica – por meio de cursos ministrados por instituições de ensino conectadas à vivências reais", diz Wagner Mancuso, professor de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo.

"Ao mesmo tempo em que o profissional de RIG é reconhecido e vê sua área de atuação crescer em múltiplas direções, surge, por isso mesmo, a necessidade de aprimorar sua formação e capacidade técnica".
Wagner Mancuso, professor da USP

Atualmente, quando um profissional de RIG procura um desses cursos, criados por especialistas, ele está em busca de aprimorar sua forma de agir e ser mais efetivo em diferentes grupos de pressão, sejam eles do governo, de empresas ou da sociedade civil. Pois não só essas áreas foram ampliadas, mas também os modos de atuação e as estratégias em que o profissional tem que exercer sua influência. Se até o fim da primeira década do milênio bastava ter contatos "fortes", atualmente, o profissional necessita elaborar um planejamento estratégico de como, quando e em que intensidade abordar os atores e os diversos públicos.

"No campo político, por exemplo, é possível identificar grupos que atuam de forma estratégica com divulgação de informações, outros com formação de base política, outros são influenciadores diretos em pleitos políticos e, por fim, alguns trabalham com a visibilidade de temas", afirma Pablo Cesário, gerente executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Cesário realça que, em outro exemplo, as representações da CNBB, DIAP, CUT e IPEA, diante das empresas e governo, têm atuações permanentes, diferente de outras organizações que só atuam em época de eleições. "Há diversas formas lícitas e estratégicas de participar do cenário político brasileiro. Apenas 20 a 30% dos grupos de pressão se interessam pelas eleições – uma grande parte tem sua atuação voltada a outros resultados – como leis, emendas e votações na Câmara e no Senado –, o que contribui com a democracia", destaca.

DIVERSIDADE NA ATUAÇÃO

Os dados oficiais para esta área são, de modo geral, novos. Afinal, foi apenas a partir de 19/02/18 que a área obteve a inclusão pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) da denominação "RIG – Profissional de Relações Institucionais e Governamentais" na CBO (Classificação

Brasileira de Ocupações). Entretanto, é um consenso antigo que, em uma perspectiva ampla, o profissional de Relações Governamentais faz a defesa de interesses do setor da sociedade civil que representa perante os atores governamentais, responsáveis pela elaboração das políticas públicas e marcos regulatórios que trazem impacto para a vida de toda a população – ou seja, sua atuação, por mais que parta de um ponto de vista particular, traz um impacto em toda a sociedade. Os indivíduos e os grupos aos quais pertencem podem apresentar demandas em temas que considerem relevantes para o seu bem-estar e para a melhoria das suas condições de vida – mas para que isso seja efetivado, ao final o benefício será geral. Uma das consequências disso é que a causa de minorias tem ganho visibilidade, tem sido amplamente discutida e alcançou, inclusive, os meios de comunicação e entretenimento. "Com certeza há um maior crescimento nas áreas de defesa dos direitos da criança, do direito do consumidor, de combate a ingredientes nocivos em alimentos manufaturados, em combate aos malefícios do fumo e na ajuda aos direitos de pessoas com deficiência", diz Wagner Mancuso.

Os profissionais devem conhecer todas as regras e normas anticorrupção e compliance, todos os regulamentos da forma de abordagem, acesso e procedimentos éticos e legais dos códigos de conduta de todas as instâncias

Outras formas de atuação são mais discretas. O profissional mantém o relacionamento com os atores envolvidos, por meio de uma relação de confiança e contato que permite esclarecimento de dúvidas técnicas. E ainda pode ser o responsável por análises da conjuntura política em que o país e o negócio está inserido, sugerir estratégias de ação e os melhores modos de comunicação com os órgãos governamentais.

A formação básica desse profissional não segue um padrão pré-estabelecido. Uma parte deles pode ter formação superior específica nas áreas em que atua – engenheiros, médicos, advogados, relações públicas, comunicação social, economia, filosofia, administração, entre outros. Outra parte ter frequentado cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado), cursos de aprofundamento em questões específicas de atuação. O que pode ser dito de uma forma geral é que os profissionais

CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL EM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

Programa do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) amplia a capacidade do profissional de Relações Governamentais

- Ajuda na Compreensão da formulação e funcionamento das Políticas Públicas, a conceituação de grupos de interesse e das atividades de lobby
- Explica os limites éticos e legais da atuação do profissional de Relações Governamentais no Brasil
- Analisa em quais momentos é possível influenciar, viabilizar alianças e conquistar a atenção do governo
- Indica como fortalecer a integração das Relações Governamentais e a estratégia do seu negócio
- Explica as diferenças de enfoque e de atuação entre o profissional de Relações Governamentais do Brasil e de outros países
- Viabiliza a melhora dos canais de comunicação na área de Relações Governamentais com as demais dentro da organização

devem conhecer todas as regras e normas anticorrupção e *compliance*, todos os regulamentos da forma de abordagem, acesso e procedimentos éticos e legais dos códigos de conduta de todas as instâncias. Para fortalecer essa visão, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em pareceria com a Abrig estruturou um programa internacional sobre o tema, com o objetivo de mostrar, por meio das regras de outro país (Chile)– já regulamentado – formas diferentes de atuação. "Em 2018, o programa de Educação Executiva do IEL realizou uma capacitação internacional em Santiago, no Chile. Os profissionais tiveram contato com as melhores práticas, novas metodologias, tendências e cases de sucesso de RIG de empresas e instituições chilenas", detalha Gianna Sagazio, superintendente do IEL Nacional.

REGULAMENTAÇÃO

Nos Estados Unidos a área é extremamente regulamentada – e faz parte do processo democrático de forma 100% segura, para a população para todos os envolvidos. A regulamentação do lobby – como é conhecida a ação de relações governamentais – voltou à agenda do Congresso Nacional como resposta aos escândalos de corrupção recorrentes no Brasil. Mesmo assim, a proposta de regulamentação em trâmite está demorando a ser votada e, em consequência, ser colocada em prática. "Pode-se dizer que o projeto precisa amadurecer alguns aspectos", comenta um profissional da área em OFF. Em uma profissão crescente e com inúmeros postos de trabalho em empresas, instituições, associações, federações, sindicatos, organizações e governo, a regulamentação da atuação desses profissionais trará mais transparência, mais reconhecimento e mais respeito a essa atuação democrática, de um modo em que é possível construir políticas de maneira a não trazer impactos negativos para nenhum ente da sociedade civil.

O profissional de relações institucionais também será beneficiado. Com uma ação um pouco mais ampla, lidando com outros *stakeholders*, além dos governamentais (como entidades de classe), ele define estratégias de ação e comunicação, não apenas com os órgãos governamentais e não governamentais, mas também, com a população como um todo. Ambos os profissionais podem, ainda, ser responsáveis por projetos que tragam o destaque positivo para o setor que se defende.

CARREIRA

A GERAÇÃO MILLENIAL NO RIG 4.0

COMO OS PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS DA GERAÇÃO DOS MILLENIALS PODEM APROVEITAR AS MUDANÇAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS PARA ALAVANCAR PROPOSTAS INOVADORAS PARA A ATIVIDADE E MODERNIZAR AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

VITOR PEDROZA[1]

A Geração dos Millenials, também conhecida como Geração Y, se refere a uma faixa da população mundial que representa as pessoas nascidas entre o início da década de 80 e o começo dos anos 2000.

O estilo de vida das pessoas desta geração, que já nasceram em um ambiente de grandes avanços tecnológicos e vivenciaram o ápice da globalização, tem mudado as relações sociais, trabalhistas e de consumo em todo o mundo.

Assim como em outros segmentos corporativos, os Millenials vêm ganhando campo entre os profissionais de Relações Institucionais e Governamentais (RIG). Recortes de pesquisas recentes sobre o perfil de executivos do segmento demonstram que 36% dos profissionais de RIG têm entre 25 e 34 anos, portanto, nascidos no período citado**.

Hoje em dia é muito mais fácil elaborar um perfil ou avaliar a posição de um político ou instituição, baseado no histórico de postagens e nas interações realizadas na rede

Neste contexto, A partir da experiência pessoal atuando como profissional de RIG desde a graduação e na condição de representante da Geração Y, ou sejam, nascido no fim da década de 80, passo a apontar algumas mudanças significativas vivenciadas na última década e algumas em períodos ainda mais recentes. Do mesmo modo, ainda é possível identificar grandes desafios que merecem atenção.
A evolução nos dispositivos de informática e comunicação representou um dos primeiros grandes avanços para o segmento, a medida que os contatos passaram a ser mais imediatos e o compartilhamento de informações entre instituições e pessoas foi facilitado. Deixando de lado os computadores pessoais, aparelhos de fax, scanners, pagers, blackberries, até chegar nos modernos smartphones com aplicativos de troca de mensagem, os dispositivos portáteis se tornaram uma das principais ferramentas de trabalho no mundo contemporâneo.

Em compasso com a evolução vista nos eletrônicos, uma das maiores revoluções para a atividade de RIG nas últimas décadas foi a Internet. É difícil para os Millenials mais jovens imaginarem atividades cotidianas de monitoramento de políticas públicas e atos legislativos sem acesso à rede.

Hoje em dia, temos ciência da dinâmica que existia antes da internet a partir dos relatos de colegas que já exerciam a atividade em períodos remotos. Olho: Certa vez, um colega de uma empresa pioneira na área de assessoria de relações governamentais me deixou impressionado ao exemplificar o gasto de tempo e recursos humanos para enviar um simples ato do Diário Oficial da União para diversos clientes, utilizando recortes da edição impressa do DOU e aparelho de fax. Atualmente, com aplicativos de troca de mensagem, a mesma tarefa pode ser realizada em poucos minutos.

Nesse ponto, creio que também é necessário reconhecer o alto nível de modernidade dos sistemas e a transparência adotada ao longo dos últimos anos pelo Poder

Legislativo Federal para a tramitação de proposições legislativas. Além das proposições, a possibilidade de acompanhamento de sessões de comissões e plenário em tempo real pelo YouTube representa uma aproximação com a sociedade, neste que é um dos mais sensíveis campos de atuação do profissional de RIG.

Por fim, outra grande mudança tecnológica que teve um forte impacto nas dinâmicas sociais como um todo e na forma de relacionamento entre instituições e o poder público, foi o advento das redes sociais.

Os debates entre a sociedade civil e os tomadores de decisão (públicos ou privados) se tornaram cada vez mais democráticos e diretos nas plataformas sociais como Facebook, Twitter e Instagram.

Além do mais, a enorme quantidade de dados e informações (Big Data) geradas por meio das interações feitas nessas plataformas auxiliam na definição de estratégias de ação e planos de comunicação direcionados a públicos específicos.

Na minha visão, a facilidade do acesso à informação proporcionada por estes avanços representa uma das principais vantagens para os profissionais das novas gerações. No entanto, toda esta evolução tecnológica, apesar dos ganhos exemplificados, apresenta grandes desafios para o profissional de RIG, seja ele das novas gerações ou das mais antigas.

A abundância de informações e a velocidade com que estas se tornam obsoletas, aliada ao surgimento de novas tecnologias destrutivas exige que o profissional de RIG esteja cada vez mais capacitado e preparado para lidar com mudanças de cenário.

Cada vez mais será exigida uma capacidade analítica desses profissionais para que possam filtrar e agregar valor à enxurrada de informações e dados que chegam a seu conhecimento. Essas competências envolvem conhecimento jurídico, embasamento técnico, noções de comunicação e visão geral do processo decisório para que seja possível usar as técnicas adequadas e atingir os resultados esperados.

Em um país de dimensão continental como o Brasil e que possui fortes desigualdades regionais, é imperativo reconhecer que ainda existem setores da sociedade que vivenciam uma realidade completamente diferente em relação à percepção dos avanços tecnológicos citados.

Para ficar restrito especificamente à área de RIG, diferente dos exemplos bem sucedidos no âmbito do Legislativo Federal, é notória a dificuldade de acesso à informação em órgãos legislativos estaduais e municipais, em que pese as diversas normas que garantem tal acesso e a existência de plataformas digitais disponibilizadas pelo Congresso Nacional e que poderiam ser implementadas nas casas legislativas regionais.

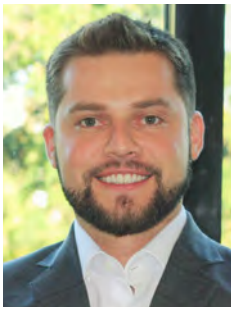
Cada vez mais será exigida uma capacidade analítica desses profissionais para que possam filtrar e agregar valor à enxurrada de informações e dados que chegam a seu conhecimento

No âmbito do Poder Executivo, mesmo com avanços nas últimas décadas, também é necessária a ampliação de sistemas eletrônicos de tramitação de processos e a garantia do acesso à informação.

Assim como o Governo, o setor produtivo brasileiro também tem lutado para se moldar aos novos avanços tecnológicos e às novas gerações. O avanço da chamada Indústria 4.0, que envolve a interação entre tecnologias físicas e digitais com o objetivo de gerar ganhos de produtividade, representa um grande desafio para todos os segmentos da sociedade.

Diante deste cenário, os profissionais de RIG da Geração Millenial podem se beneficiar da experiência das gerações anteriores e das facilidades que surgiram em seu período de atividade para contribuir com a mudança de algumas culturas tradicionais que buscam perpetuar lógicas burocráticas e relações baseadas em contatos pessoais, gerando prejuízos para a classe e para a sociedade como um todo.

O momento de grande incremento em qualificação e a importância que a área tem tido dentro das organizações devem ser utilizados para alavancar práticas inovadoras nas relações entre o público e o privado. Chegou a hora das novas gerações começarem a planejar o RIG 4.0.



[1] **Vitor Pedroza é advogado, profissional de RIG desde 2011, atualmente integrante da equipe de Relações Institucionais do Grupo Edson Queiroz, do Ceará.**

EMPRESAS

POR QUE ÉTICA IMPORTA TANTO PARA QUE A EMPRESA TENHA UMA BOA REPUTAÇÃO

ANA LUISA ALMEIDA[1] E JUSSARA BELO[2]

A maioria das empresas, quando faz sua declaração de valores e crenças, costuma incluir nessa lista a palavra "ética". São organizações que estão professando, publicamente, que valorizam um sistema de valores coletivamente compartilhados e que servem de parâmetro para as ações humanas e sociais. Mesmo sem o uso de termos que vão direto ao ponto como honestidade e justiça – essa manifestação de princípios fica clara no sentido de se comportar e estimular em seus colaboradores esses preceitos de convivência social. Na essência, a manifestação da ética está exatamente em buscar um sentido de universalidade que oriente a ação humana para a superação de interesses particulares – muitas vezes até utilitários – para uma prática que seja a favor do bem comum.

O filósofo Mário Sérgio Cortella explica esse conceito de ética falando sobre dois pontos de vista que fazem com que as pessoas se comportem de uma certa maneira. Um indivíduo pode ser ético porque tem convicções fortemente construídas ao longo de uma vida, por educação – muitas vezes de cunho religioso – reflexões e/ou experiências internas. Mas é possível que outra grande parte da humanidade seja formada por pessoas que são éticas por pressões externas, sociais: não é equivocado pensar que os hábitos e costumes mudam através dos tempos e, assim, as normas e exortações presentes em uma realidade social têm também esse papel de motivar, disciplinar, moldar e até mesmo distorcer o comportamento humano. Ou seja, quando não existe a moral – ou um modo de agir corretamente de maneira natural – é necessário que haja uma pressão ou repressão civilizatória, ou seja, leis, códigos e regras que deixem claro qual é o limite para o comportamento, tanto pessoal quanto corporativo.

Graças a estudos que aproximam a psicologia ocidental das práticas contemplativas tradicionais do oriente, um outro campo que vem se tornando presente no mundo corporativo nos últimos anos é o mindfulness, ou atenção plena. A ética se apresenta como um dos três pilares de mindfulness porque significa um olhar de cada indivíduo para as próprias ações e as para as consequências que são geradas em si mesmo, nas demais pessoas e no ambiente em que vive. Cuidar de trazer consciência para as atitudes negativas (anti-éticas) e transformá-las em atitudes positivas (éticas) tem sido um movimento importante para as pessoas e para as empresas – por consequência – dos impactos das ações irrefletidas que muitos cometem no dia a dia. Ao invés de "bons comportamentos" serem fruto apenas de controles externos, como aumento de vigilância e punição, passarem a ser uma prática de respeito, compromisso e engajamento.

Como temos visto em histórias recentes de envolvimento de grandes empresas em casos de corrupção, há ainda mais e mais oportunidades em que as empresas precisam repensar toda uma vida de comportamentos inadequados e entram em vigor os termos de ajustamentos de conduta

Mas exatamente porque a sociedade é dinâmica e está frequentemente repensando seus valores, não é incomum e nem precisa causar estranheza o fato de que muitas pessoas não sabem realmente o que fazer em determinadas situações ou diante de uma tomada de decisão, e por isso é necessário que se construam códigos, declarações de princípios e crenças. Como temos visto em histórias recentes de envolvimento de grandes empresas em casos de corrupção, há ainda mais e mais oportunidades em que as empresas precisam repensar toda uma vida de comportamentos inadequados e entram em vigor os termos de ajustamentos de conduta.

Portanto, é sim necessário que as empresas digam que querem ser éticas e, mais do que isso, que deixem claro o que é, para elas, ser ético. Como existe um certo relativismo moral – ou uma aceitação de comportamentos não corretos que cria uma permissão para agir de uma forma particular (em detrimento do respeito ao coletivo) e, nessa noção equivocada, uma crença de que "tudo vale", um grupo de pessoas e organizações se mobilizou num movimento #naovaletudo, que merece ser mencionado.

Com o objetivo de fomentar a adesão a princípios éticos por parte de todos os atores envolvidos nas eleições de 2018, o movimento redigiu uma carta estimulando o comportamento ético dos candidatos e uma constante vigilância por parte da sociedade, com um foco muito especial no uso da tecnologia, plataformas e dispositivos digitais. O movimento é a favor da liberdade de expressão, com respeito e ética, num claro repúdio ao uso de ferramentas e estratagemas – como uso de perfis falsos em redes sociais – para criar notícias e implantar calúnias que distorçam o curso das eleições.

As tecnologias de comunicação ampliaram as vozes da sociedade, todos sabemos. Com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e uma diversidade de significados, tanto são usadas de forma intencional para manipular dados e votos como favorecem as articulações e o engajamento dos indivíduos sobre determinados temas ou causas. Não há ocultamento, tudo é visível, compartilhado, interdependente, viral. Por meio das redes sociais, as pessoas passaram a denunciar irregularidades e comportamentos antiéticos das organizações, gerar críticas e ações que boicotem compras de produtos ou mesmo levantar bandeiras contra a própria existência de determinados negócios que, de algum ponto de vista, sejam maléficos para comunidades ou para toda a sociedade.

Como existe um certo relativismo moral, uma aceitação de comportamentos não corretos que cria uma permissão para agir de uma forma particular e uma crença de que "tudo vale", um grupo de pessoas e organizações se mobilizou num movimento #naovaletudo, que merece ser mencionado

Sem dúvida, a capacidade de vigilância e escrutínio das organizações por parte da sociedade aumentou sensivelmente num tempo em que cada indivíduo ganhou o poder de dar holofotes aos seus interesses por meio da revolução das redes sociais. Com sérias crises de valores sociais e corporativos – ou pelo menos de alta exposição e visibilidade a comportamentos que talvez ficassem antes ocultos ou restritos a pequenos fóruns – nos perguntamos frequentemente que motivos teriam levado algumas empresas a se distanciarem tanto da moral e da ética em favor de benefícios próprios. Falando finalmente em reputação: que elementos precisamos considerar para entender porque a sociedade está tão mais mobilizada para dizer o que pensa e quer, discutir os comportamentos corporativos e para cobrar atitudes coerentes como as que as empresas costumam prometer?

É verdade que nunca se falou tanto em reputação. Em um contexto de exposição e competitividade extrema, ser reconhecido de forma positiva traz uma grande vantagem e resultados para os negócios. A reputação – como um ativo intangível que, juntamente com marcas e patentes, capital intelectual, direitos autorais e alguns outros – se apresenta como cada vez mais valioso para as organizações, se traduz pelo conjunto de percepções, opiniões e julgamentos dos grupos de relacionamento da empresa sobre a sua capacidade de gerar valor e, especialmente, sobre o quanto ela é capaz de honrar e de cumprir as promessas que faz.

Essas percepções refletem o grau de estima, admiração, confiança e empatia que as pessoas têm em relação à empresa e, por conseguinte, definem diretamente o que chamamos de comportamentos de apoio ou favorabilidade: suas decisões de comprar, recomendar, investir ou querer trabalhar em uma organização. Essa avaliação coletiva sobre "quem é a empresa" se baseia tanto em aspectos emocionais como confiança, respeito e admiração, quanto em questões como seus produtos e/ou serviços, sua capacidade de inovação e antecipação a demandas, sua atratividade como empregadora e geradora de boa experiência aos seus colaboradores, seu impacto social por meio dos negócios e das iniciativas culturais, educacionais, esportivas ou ambientais, a forma como manifesta sua liderança e capacidade de gestão, sua geração de valor tanto para os acionistas quanto para a sociedade, e, necessariamente, sua integridade, ética, transparência e ações para prestação de contas. Isso significa que, quando fazemos um diagnóstico sistemático e profundo sobre a reputação de uma empresa, é necessário avaliar todo esse espectro de atributos que, em maior ou menor medida, contribui e influencia na percepção como um todo.

Entretanto, a relevância – ou o peso – de cada uma dessas dimensões pode variar muito, dependendo da área de atuação da empresa ou mesmo do contexto social. Os estudos do Reputation Institute, que avaliam a reputação de centenas das maiores empresas ao redor do mundo, trazem informações subjacentes que ajudam a entender mudanças nas expectativas da sociedade sobre o comportamento das organizações. Um dos mais interessantes achados de suas pesquisas diz respeito à importância que a dimensão governança/integridade vem adquirindo nos últimos anos. O crescimento da importância dos atributos dessa dimensão – assim como os que avaliam a liderança de uma organização – dão a medida de como as pessoas estão cada vez mais dispostas a cobrar atitudes coerentes e consistentes das empresas e de seus gestores.

A reputação se constrói na experiência dos diversos públicos com uma organização, ao longo do tempo. Essa experiência é multifacetada, composta por diversos tipos de interface direta e indireta, atravessa caminhos que passam por expectativas sociais e individuais e, como já exploramos amplamente, influência e interferência de contextos e atores

externos. Como num quebra-cabeças tridimensional, lidar com percepção que chamamos de "reputação" é um desafio constante para as organizações e requer, mais do que procurar agir estrategicamente sobre dados de pesquisa, fazer uma permanente autoavaliação consciente e responsável.

Por isso, a manutenção da boa reputação requer uma espécie de eterno recomeço: as empresas, principalmente aquelas que estejam atravessando dificuldades – tanto no relacionamento com comunidades, com o mercado ou com a justiça – precisam revisitar todos os seus processos partindo do pressuposto que é fundamental valorizar a ética como princípio, reconhecendo processos e práticas que não devem e não podem ser aceitos como padrão organizacional, educando as pessoas para que elas sejam capazes de estabelecer novos patamares de comportamentos justos e corretos, reconhecendo e valorizando as boas práticas e punindo com transparência os eventuais desvios.

Há um outro aspecto bastante relevante que queremos explorar aqui. Os conhecidos danos recentes à imagem e à reputação de grandes empresas foram claramente provocados por desvios éticos. Com um olhar a partir da perspectiva das empresas como um dos atores sociais que se relacionam e que dependem de vários segmentos sociais – clientes, comunidades, investidores, fornecedores, organizações não governamentais, governos – é necessário que as empresas enxerguem a si mesmas com menos arrogância e mais humildade. Ainda que o protagonismo seja um discurso reconhecidamente importante, é preciso que as organizações se percebam como um dos elos de uma rede em que o poder não está mais concentrado em quem tem o capital financeiro. Agora que as empresas estão tendo que lidar com o empoderamento da sociedade e com a total falta de controle das empresas sobre as informações que circulam a seu respeito, as empresas perderam muito poder e ainda não se deram conta disso. O chamado "capital social", ou a capacidade de cooperar, de formar redes, de lidar com conflitos de forma negociada e de fortalecer vínculos sociais, tem sido a principal habilidade das empresas para ganhar o respeito, a parceria, para angariar defensores, embaixadores.

A reputação – como um ativo intangível que, juntamente com marcas e patentes, capital intelectual, direitos autorais e alguns outros – se apresenta como cada vez mais valioso para as organizações, se traduz pelo conjunto de percepções, opiniões e julgamentos dos grupos de relacionamento da empresa sobre a sua capacidade de gerar valor e, especialmente, sobre o quanto ela é capaz de honrar e de cumprir as promessas que faz

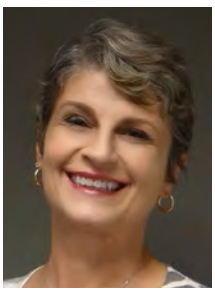
Transformações são essenciais e só vão ocorrer se houver uma profunda mudança não apenas nas práticas organizacionais, mas em suas crenças. "Ser uma empresa ética" já é mais do que um atributo que contribui de forma consistente para explicar a reputação das empresas. Implica, como dissemos, em permanente estado de vigilância e autorregulação. Implica em manter um estado de abertura e transparência para a necessidades e expectativas da sociedade – e dos indivíduos que a formam. Implica em reconhecer erros do passado e adotar uma atitude positiva e sincera para se apropriar de novos jeitos de ser e de fazer. Implica em acreditar no poder de transformação das pessoas e das empresas, arregaçando as mangas das camisas sociais para assumir um papel de relevância social.

E, é dentro desse novo cenário que os desafios para os profissionais de relações institucionais e governamentais se apresentam com novas exigências e demandas. O maior receio hoje dos brasileiros, segundo o estudo global, "Trust Barometer 2018", da Eldeman, é a corrupção. Essa grande expectativa da sociedade precisa encontrar eco nas diretrizes e parâmetros de atuação dos profissionais de RIG tanto para a defesa dos interesses da sociedade civil, como para a intermediação de conflitos de interesse na relação dos interesses privados e públicos. Precisamos de maior transparência nas relações públicas e privadas. Precisamos adquirir confiança nas relações sociais e reconstruir a credibilidades das instituições públicas, privadas e não governamentais. Precisamos acreditar na capacidade de fazermos o que é certo para o bem comum.

Quando as empresas estiverem prontas para contribuir para a sociedade, gerando empregos, entregando produtos e serviços necessários e sustentáveis, respeitando as pessoas em sua individualidade e em toda a diversidade, com consciência plena da sua responsabilidade como empresa e ator social: esta pode ser uma definição de ética que explique plenamente uma excelente percepção dos públicos sobre uma organização. Uma reputação boa de verdade!

[1] **Ana Luisa Almeida** é presidente do Reputation Institute Brasil, com experiência em consultoria para empresas nacionais e multinacionais nas áreas de Gestão da Reputação, Marca, Riscos Reputacionais e Comunicação Organizacional. É Doutora em Administração pela UFMG e pela Erasmus University (Holanda), Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. É Professora de Comunicação Social da PUC Minas e da Fundação Dom Cabral; membro do Conselho Editorial da Corporate Reputation Review.

[2] **Jussara Belo** é Mestre em Administração pela PUCMinas/Fundação Dom Cabral. Graduada em Comunicação pela UFMG, coordenou o curso de Relações Públicas do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte. É Diretora no Reputation Institute Brasil há 10 anos e tem grande experiência em pesquisa e consultoria para empresas nacionais e multinacionais, nas áreas de Relacionamento com Stakeholders, Comunicação Organizacional e Gestão da Reputação, atendendo clientes como Arcelor Mittal, AngloAmerican e Itaú.



CONQUISTA INTERNACIONAL DA ABRIG

A Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais foi convidada para ser a representante do Brasil no Conselho de Privados da Universal Postal Union, entidade especial da ONU para organização do serviços postais, com 188 nações associadas

Mais uma vitória a celebrar com nossos associados!

UPU UNIVERSAL POSTAL UNION

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

COLUNA

CONGRESSO EM FOCO

O BRASIL SANGRA, MAS NINGUÉM PARA DE ESTICAR A CORDA. ATÉ QUANDO?

SYLVIO COSTA [1]

Não somos um povo tolerante, muito menos pacífico. É marcante a presença da violência em nossa história. No excelente livro Brasil: uma biografia, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling sintetizam: "A experiência de violência e dor se repõe, resiste e se dispersa na trajetória do Brasil moderno, estilhaçada em milhares de modalidades de manifestação".

Somos uma das nações que mais matam no mundo. Segundo o Atlas da Violência de 2018, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Ipea, ultrapassamos o patamar de 62,5 mil assassinatos por ano. São 171 vítimas de homicídio por dia ou sete por hora! Ostentamos lugar vergonhosamente destacado ainda no ranking global dos casos de violência contra mulher e de crimes contra lésbicas, gays, travestis, transexuais e outras pessoas que desafiam os padrões de gênero dominantes.

O anos de 2018 mostra a violência adentrando a, ou sendo reintroduzida na, política nacional. Nenhum fato simboliza isso com igual eloquência, até o momento em que escrevo este artigo (toc toc toc), como a facada desferida contra o deputado Jair Bolsonaro em 6 de setembro, na cidade mineira de Juiz de Fora. Já se fazia sentir cheiro de pólvora bem antes. Em 14 de março, houve a execução da vereadora Marielle Franco. No dia 27 daquele mesmo mês, a caravana de Lula foi alvo de tiros no Paraná. Em 28 de abril, dois militantes políticos foram baleados no acampamento mantido pelo PT em Curitiba. Diversas sedes do partido, pelo país afora, foram atacadas nos últimos meses. E se espalham pelas mídias sociais vídeos de agressões covardes de petistas contra bolsonaristas e vice-versa.

> **"Lamentável assistir a transformação do deputado capitão em vítima da visão, propalada por ele próprio, de que a eliminação física dos oponentes é um recurso válido na luta pelo poder"**

Passamos da fase da intolerância e da radicalização verbal. Para calar os adversários, o negócio agora é agredir, exterminar. OK, todas as correntes políticas se solidarizaram com Bolsonaro. Ao que tudo leva a crer, ele foi vítima do ato isolado e individual do seu algoz. Evidente, no entanto, que o ambiente tenso no qual vivemos há cinco anos contribui para a ação de idiotas em busca de projeção, de criminosos comuns ou de malucos.

Em 2013, as manifestações de junho desembocaram nos black blocs. Em 2014, a campanha de Dilma Rousseff, ameaçada por Marina Silva, se sentiu no direito de sustentar que a ex-companheira de legenda queria tirar a comida da mesa dos pobres para enriquecer banqueiros. Rompia-se ali um limite que petistas e tucanos sempre tinham respeitado entre si. Os fins justificam todos os meios possíveis e imagináveis, e estão liberados os golpes abaixo da linha da cintura.

Vem em seguida o PSDB e, sugerindo fraude eleitoral, pede a anulação dos votos da candidata vencedora. Empossada Dilma, tucanos abraçam Eduardo Cunha e suas pautas-bomba, investindo no caos fiscal e na instabilidade política para criar dificuldades ao governo eleito. Com o país no chão, a economia engolida pela recessão e o povo indignado com a corrupção e a incompetência, uma sólida maioria se insurge e pede o impeachment de Dilma. As circunstâncias se assemelham ao processo de deposição de Fernando Collor, em 1992, apoiado pelo PT. Na oposição, o partido apresentou pedidos de impeachment contra todos os presidentes civis dos últimos 33 anos.

Por motivos bem mais fúteis e em contexto muito menos grave, o petismo apontava o instrumento como saída democrática para encerrar mandatos presidenciais que julgava danosos. Contra ele próprio, o impeachment ganha outra qualificação – "golpe de Estado".

"Golpistas" e "petralhas" ganharam munição pesada para agressões mútuas com a ascensão de Bolsonaro como forte candidato a presidente. A violência verbal e o desprezo pelos adversários sempre foram suas características, assim como o pouco apreço pela democracia.

Certas declarações públicas de sua lavra falam por si. "O erro da ditadura foi torturar e não matar", disse Jair Bolsonaro em julho de 2016. Em maio de 1999, num programa de TV, cometeu outra frase antológica e sombria: "No período da ditadura, deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso". "Sou capitão do Exército, minha especialidade é matar", afirmou em palestra na cidade de Porto Alegre, em junho de 2017. "Se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater", ameaçou em maio de 2002.

Lamentável assistir a transformação do deputado capitão em vítima da visão, propalada por ele próprio, de que a eliminação física dos oponentes é um recurso válido na luta pelo poder. Atravessamos três décadas, desde o fim do regime militar, sem que nenhuma força política de alguma importância defendesse tal ideia.

Dois outros elementos de instabilidade vieram junto com o pacote Bolsonaro. Seu candidato a vice, o general da reserva Antônio Hamilton Mourão, dia sim, o outro também, discorre sobre as condições em que se justificaria um novo golpe militar. E enquanto o cabeça de chapa convalescia num hospital, saiu a defender uma nova ordem constitucional, esclarecendo que a Carta não precisaria ser feita por parlamentares eleitos. O mau odor da defesa explícita de soluções ditatoriais ampliou-se com o vídeo em que Jair Bolsonaro sugere que, se ele mesmo ganhar a eleição, foi tudo dentro das leis. Se o PT vencer, foi fraude. Péssimo sinal.

Infelizmente, Bolsonaro não é o único a puxar a corda. Lula e PT também a esticaram mais do que o recomendável ao levarem às últimas consequências a tentativa de registrar a candidatura do ex-presidente. Há muito petistas e lulistas sabem que a Justiça não a aceitaria. Têm bons argumentos jurídicos e políticos contra tal decisão. A condenação de Lula à prisão por um apartamento que ele devolveu é tema polêmico e vários criminalistas consideram despropositada a sentença do juiz Sérgio Moro. Moro tem um bonito lugar na história brasileira pela façanha de aplicar a lei de forma inédita contra dezenas de poderosos. Não está, porém, imune a erros. Foi advertido formalmente pelo ministro Teori Zavascki, do STF, por excessos que cometeu, na sanha de laçar Dilma e Lula, no episódio da gravação e da divulgação ilegais de uma conversa entre ambos.

Momento tragicômico vivenciado pelo Judiciário foi o prende-e-solta de Lula, em julho, demonstrando que o partidarismo e a radicalização de posições também infectaram a Justiça. O Ministério Público jogou gasolina no incêndio ao protagonizar prisões espalhafatosas contra políticos em plena campanha eleitoral. Por que não agiram antes, se os fatos em investigação são antigos? Ou aguardaram o fim do período eleitoral para esclarecer e tomar as providências cabíveis? Boa notícia é que os responsáveis foram chamados para dar explicações.

"Todos os principais candidatos e líderes têm forte responsabilidade pela crise. Que tenham o bom senso de baixar a bola. Este país precisa se unir em torno de pautas mínimas e voltar a crescer"

A verdade é que o PT insistiu na defesa de uma candidatura condenada em parte por ressentimento, em parte porque isso lhe rendia dividendos eleitorais. Em outros tempos, Lula, um político de estilo conciliador, seria o primeiro a esfriar os ânimos. Agora, inconformado com a prisão e a exclusão do processo eleitoral, amplifica a raiva contra os "golpistas". O resultado é que o mercado financeiro, temendo agora o aliado de anteontem, prefere flertar com o bolsonarismo e os seus riscos. No mesmo 6 de setembro da fatídica facada, a bolsa explodiu e o dólar desabou por causa da perspectiva de crescimento de Bolsonaro.

Hora de ser desagradável: nós, jornalistas, também contribuímos para acirrar os ânimos ao vestir a camisa de uma das partes em conflito. Nas grandes redes de TV, por exemplo, o antipetismo é flagrante. Na internet, veículos ditos independentes se tornaram pontas de lança do lulismo. Enquanto isso, os políticos demagogos faturam com a crise e o país afunda na estagnação econômica, no desemprego e na desesperança. Os principais candidatos e líderes nacionais, todos eles, têm forte responsabilidade por esse estado de coisas. Que tenham o bom senso de baixar a bola. Chega de briga! Este país precisa urgentemente se unir em torno de pautas mínimas e voltar a crescer.

[1] **Sylvio Costa** é mestre em Comunicações pela Universidade de Westminster, Londres, cidade em que atuou também como produtor free lancer da BBC. Trabalhou como jornalista em veículos como Folha de SP, IstoÉ e Correio Braziliense, exercendo as funções de repórter, editor e chefe de reportagem. Também atuou como professor de ensino superior e oficial de comunicação do Sistema ONU, em Brasília. É o fundador do site e da revista "Congresso em Foco".

EVENTOS ABRIG

Conferência Internacional + Logística + Inovação

09 e 10/05/2018

A Abrig em parceria com a NTC - Associação Nacional do Transporte de Cargas e a CNTA - Confederação Nacional do Transporte Autônomo, inaugurou um novo modelo de debate de políticas públicas, a Conferência Internacional. Os encontros foram realizados no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados e no auditório do Centro de Convenções do Brasil XXI. As palestras e debates foram excelentes e a greve dos caminhoneiros anunciada previamente em razão da não previsibilidade do aumento do diesel.

Abrig vista Diretor Geral da Câmara dos Deputados

24/05/2018

O presidente Guilherme Cunha Costa, na ocasião acompanhado pela diretora de Relações Institucionais Cláudia Araújo de Almeida,visitou o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, Lúcio Xavier Lopes, e Juliana Werneck de Souza, diretora Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR. Além de confirmar o envolvimento da Câmara dos Deputados no Prêmio Marco Maciel, a reunião serviu para estreitar a parceria no campo da capacitação na área de RIG e de políticas públicas.

O Voto do Brasileiro

26/05/2018

O associado Alberto Carlos Almeida lançou mais um livro sobre eleições no Brasil. O Voto do Brasileiro é uma publicação fundamental para entendermos as eleições de 2018. A Abrig é citada no livro.

Capacitação Internacional no Chile

28/05/2018

A Abrig e o IEL aprofundam sua parceria naquilo que é a prioridade da Abrig, a capacitação dos profissionais e compreensão da sociedade sobre a importância do RIG. O módulo internacional realizado no Chile em parceria com a Sofofa, entidade representativa da indústria chilena, foi um sucesso. Debates de altíssimo nível e a certeza que o Brasil está no caminho certo ao propor um modelo inovador, claro, objetivo e inclusivo no debate de políticas públicas. Percebemos, também, que a falta de uma Entidade, como a Abrig, fez com que o modelo chileno não contemplasse a participação de direta por parte de empresas ou consultorias. A missão reuniu representantes de 19 setores da economia brasileira, inclusive a Câmara dos Deputados e a Presidência da República.

Segunda Turma do Curso de Extensão

04/06/2018

Teve início o 2" Curso de Extensão em Relações Institucionais e Governamentais, oferecido pela Abrig em parceria com o IEL. São 10 disciplinas distribuídas em 150 horas/aula. A Abrig tem compromisso com a capacitação. O Curso Abrig/IEL já é uma referência no mercado, em especial por ter como característica principal, a prática.

Sabatina com presidenciáveis

06/06/2018

A Abrig foi gentilmente convidada para participar da sabatina com os pré-candidatos a Presidente da República organizado pelo Correio Braziliense por sua vice-presidente Angela Rehem e pelo Presidente Guilherme Cunha Costa.

Seminário na OAB/DF

07/06/2018

A OAB/DF, organizou, por iniciativa dos associados e advogados Miguel Gerônimo e Rafael Favetti, Seminário sobre a regulamentação do Lobby. Compuseram a mesa de debate o presidente Guilherme Cunha Costa, o Vice Presidente Luiz Henrique Bezerra e o cientista político e professor Márcio Coimbra.

Debate na ALMG

12/06/2018

O PL 1202/07 foi debatido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo presidente Guilherme Cunha Costa, a associada Isabella Martins juntamente com o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), Dr Magid Nauef Láuar, e o deputado estadual Durval Ângelo (PT-MG).

Abrig Debate: Crise dos caminhoneiros

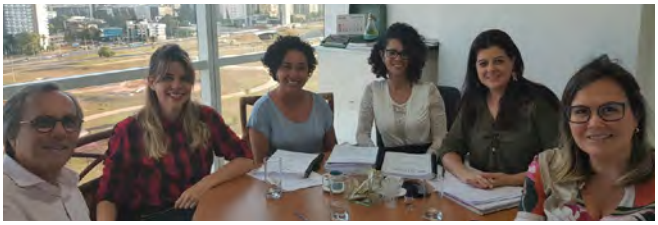
13/06/2018

O presidente Guilherme Cunha Costa, o vice-presidente Luíz Henrique Bezerra, o associado e gerente da CNI Pablo Cesário e o especialista em crises Homero Zanotta debateram os impactos na economia brasileira da Greve dos Caminhoneiros e como Governo e Sociedade atuaram no ponto de vista da "gestão de crise". O encontro foi no Restaurante Chicago e contou com a participação de diversos associados e interessados.

Reunião do Conselho Fiscal

15/06/2018

Dando continuidade a organização formal da Abrig, foram apreciados o primeiro trimestre de 2018, finalizando com isso, a apreciação contábil da Diretoria que assumiu em março/2016, quando éramos 76 associados, com receita mensal de R$ 4.800,00. Nosso agradecimento aos Conselheiros Godofredo Diniz, Juliana Kirmse, Ana Carolina Lacerda, Leandro Gabiati, Julien Dutra e Bruno Perman. Na ocasião participaram da reunião os novos conselheiros fiscais que assumiram em março/18, quando éramos 402. Sucesso aos atuais conselheiros: Frederico Borges, Juliana Kirmse, Eliza Samartini, Gustavo Cesário, Marcos Borges e Andrew Greenlees.



Café com Autoridade Bruno Covas

18/06/2018

A Diretoria Regional de São Paulo organizou o primeiro "Café com Autoridade" naquela cidade, tendo como convidado o prefeito da capital, Bruno Covas. A mediação foi realizada pelo diretor Andrew Greenlees. Sucesso de conteúdo, público, organização e principalmente de abertura de diálogo entre o Público e o Privado com ética e transparência em nosso primeiro evento na "capital" econômica do Brasil.

Abrig em Campinas

21/06/2018

O Presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, foi palestrante no encontro promovido pelo Diretor Regional José Camargo. O encontro "O Brasil que dá certo" ocorreu no coworking We Me e contou com empreendedores, empresários e formadores de opinião. Foi uma ótima oportunidade para disseminar a importância da atividade de RIG e lembrar que inovação sem o conhecimento do ambiente regulatório é infrutífera.

Aula de Fundamentos de RIG

25/06/2018

O primeiro módulo do Curso de Extensão Abrig/ IEL, Fundamentos de RIG, ministrado pelo professor Luiz Henrique Maia Bezerra contou com a valorosa participação dos vice-presidentes Jack Corrêa e Marcelo Moraes. Na oportunidade os alunos puderam debater os desafios práticos da atividade no Brasil e no mundo.

Presidenciáveis na CNI

04/07/2018

A Abrig esteve presente no encontro da indústria com os candidatos à presidente da república promovido pela CNI. Os debates tomaram todo o dia e foram realizados em Brasília.

Abrig/RJ no debate de políticas públicas

11/07/2018

Luís Cláudio Souza Leão, Diretor Regional no Rio de Janeiro e Rafael Ponzi, reuniram-se com Portinho, autor do plano de governo do candidato a governador Índio da Costa. Portinho acolheu as sugestões apresentadas e concordou em inserir sugestões apresentadas pelos associados na construção do debate das políticas públicas naquele importante Estado.

Hugo Studart lança o livro "Borboletas e Lobisomens"

17/07/2018

O Diretor de Comunicação da Abrig e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, professor Hugo Studart, lançou mais um livro, Borboletas e Lobisomens – Vidas, Sonhos e Mortes dos Guerrilheiros do Araguaia, no Carpe Diem, Brasília. Mais de 600 pessoas, incluindo vários diretores e associados da Abrig, compareceram ao evento para prestigiar o autor. O livro, que trata da luta armada rural dos anos 1960-70 sob novas perspectivas históricas, bateu o recorde de vendas do Carpe Diem, em dia de lançamento.

Ministro Roberto Rodrigues e Abrig

27/07/2018

A Abrig apresentou ao Ministro Roberto Rodrigues a programação da 2a Conferência Internacional que abordará o investimento estrangeiro no Agronegócio. Na oportunidade o Ministro contribuiu com a programação do evento, conheceu melhor a Abrig e apresentou seu projeto de capacitação na FGV.

ABRIG na UPU

31/07/2018

O Diretor de Capacitação Marcio Artiaga representará a Abrig na Post-Expo 2018, o mais importante evento postal do mundo, que ocorrerá na Alemanha entre os dias 09 e 11 de outubro. Em maio último a Abrig foi convidada a fazer parte do Conselho Consultivo da UPU - União Postal Universal, entidade ligada à ONU, reunindo 192 Correios do planeta.

Abrig presente em Seminário promovido pela ABAG

06/08/2018

A convite do presidente executivo da ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio, Luiz Cornacchioni, a Abrig estive presente, com diversos associados, no World Trade Center em São Paulo. O evento é um dos mais importantes do agronegócio.

Instalado o Grupo de Discussão de Energia

14/08/2018

Foi realizada no Rio de Janeiro a primeira reunião do GD - Grupo de Discussão de Energia. A reunião contou com a participação de associados do Ceará, Pernambuco, Brasília e Rio de Janeiro, representando geração hídrica, distribuição, gás, solar e eólica. Foi estabelecida uma pauta de atividades e definido como Coordenador o diretor Damian Popolo.

Sociedade Rural Brasileira

15/08/2018

A Abrig foi recebida na SRB pelo seu presidente Marcelo Vieira, na oportunidade as Entidades definiram sua parceria para a execução da 2' Conferência Internacional em Brasília. A Sociedade Rural Brasileira é uma da mais tradicionais entidades do Brasil, foi fundada em 1919 e representa além do agronegócio, toda a nossa sociedade.

Happy Hour de Aniversário

16/08/2018

A Abrig completou 11 anos de luta pela ética e transparência na relação entre o público e o privado! Em comemoração foi realizada um happy hour no Hidden, no Parque da Cidade - Sarah Kubitschek. Durante o evento comemorou-se também a chegada ao número de 500 associados.

"Abrig Debate" - Programas de Governo

22/08/2018

A Abrig promoveu um debate com coordenadores dos programas de governo de candidatos à Presidência da República. Luiz Felipe D'Ávila (PSDB), Ana Paula Oliveira (Podemos), Guilherme Mello (PT) e José Márcio Camargo (MDB) apresentaram o programa dos respectivos candidatos. O evento deu oportunidade para que associados apresentassem propostas das entidades que representam aos coordenadores. O encontro ocorreu na FGV Faria Lima em São Paulo.

Abrig na Globo News

24/08/2018

A Abrig participou da série de programas exibidos pela Globo News sobre a representação institucional e a regulamentação da atividade de RIG no Brasil.Defendemos uma Lei clara e objetiva sobre a matéria e não nos refutamos a participar desse debate, quanto mais informação melhor.

Professores convidados no Curso de Extensão

30/08 a 10/09/2018

O módulo 'Relações Executivo-Legislativo - Tópicos de Debate' do Curso de Extensão Abrig/IEL recebeu 5 diferentes professores: Mariângela Fialek, Luiz Alberto Santos, Flávio Testa, Gustavo Cesário e Antônio Queiroz se revezaram nas aulas. A Abrig agradece a disposição desses conceituados profissionais em democratizarem seus conhecimentos. Estamos orgulhosos em contar com o apoio de vocês.

Abrig e CACB assinam termo de cooperação

04/09/2018

A Abrig e a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil assinaram termo de cooperação para apoio no desenvolvimento de projetos. O acordo prevê a realização de atividades que busquem o desenvolvimento social e econômico sustentável. A Abrig foi representada pelo Presidente do Conselho, Dr. Ruy Coutinho, pela vice-presidente Ivonice Campos e pelo associado e consultor Eduardo Fayet. Por parte da CACB estavam presentes o presidente George Pinheiro, a superintendente Juliana Knapf e o assessor jurídico e associado da Abrig, Dr Rafael Machado

CLUBE DE VANTAGENS DA ABRIG

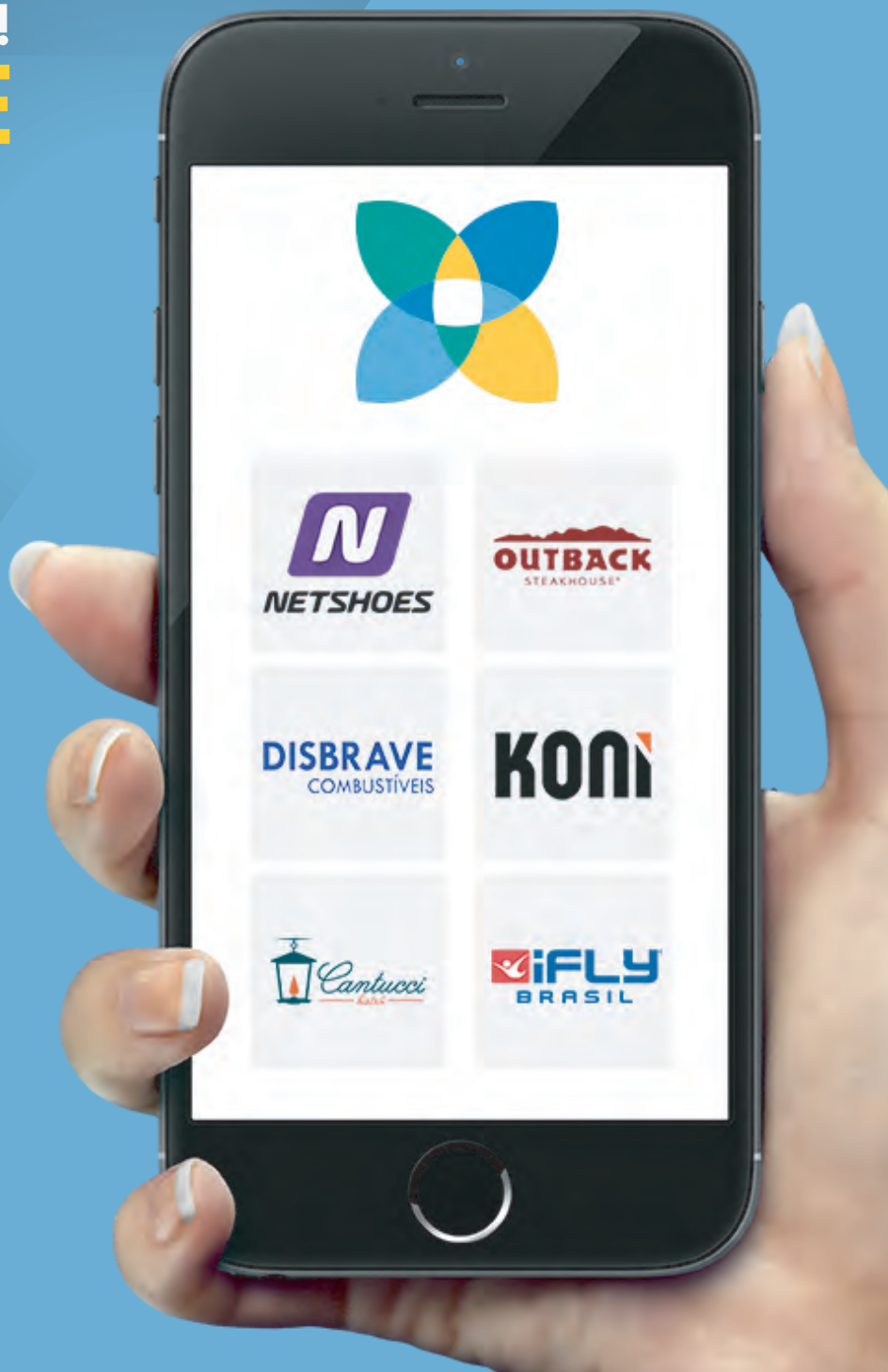
vantago

VOCÊ JÁ TEM UMA CONTA!

BAIXE O APP E ECONOMIZE!

Available on the App Store

ANDROID APP ON Google Play



ASSOCIADO ABRIG TEM DESCONTOS EM + DE 70 ESTABELECIMENTOS

- ACADEMIA
- ASSINATURAS
- CURSOS
- HOTEL
- RESTAURANTES
- TECNOLOGIA

INFOGRÁFICO

Capacitação | Relacionamento | Informação

PLATAFORMA DE

MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
REVISTA ABRIG		HAPPY HOUR	REVISTA ABRIG
CAFÉ COM AUTORIDADE	CAFÉ COM AUTORIDADE	CAFÉ COM AUTORIDADE	CAFÉ COM AUTORIDADE
SELO ABRIG	TV ABRIG	TV ABRIG	TV ABRIG
CURSO EXTENSÃO	CURSO EXTENSÃO	CURSO EXTENSÃO	CURSO EXTENSÃO
CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL	COMITÊS TEMÁTICOS	GUIA RÁPIDO	COMITÊS TEMÁTICOS
1º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL	ENCONTRO ABRIG		SEMINÁRIO ABRIG

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

VENHA PARTICIPAR DESSA PLATAFORMA

Participando da ABRIG você tem contato com os principais profissionais de Relações Institucionais e Governamentais, sistema certificado de compliance, cursos, ampla rede de ralacionamento qualificado e inumeras vantagens.

CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO, RELACIONAMENTO E RIG

SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
HAPPY HOUR		HAPPY HOUR	REVISTA ABRIG
CAFÉ COM AUTORIDADE	CAFÉ COM AUTORIDADE	CAFÉ COM AUTORIDADE	CAFÉ COM AUTORIDADE
TV ABRIG	TV ABRIG	TV ABRIG	TV ABRIG
CURSO EXTENSÃO	CURSO EXTENSÃO	CURSO EXTENSÃO	COMITÊS TEMÁTICOS
2º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL	COMITÊS TEMÁTICOS	SEMINÁRIO ABRIG	EVENTO DE FINAL DE ANO
PRÊMIO MARCO MACIEL			

MAIS DE 20 EVENTOS PROGRAMADOS PARA 2018

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

EDIÇÃO 2018

PRÊMIO MARCO MACIEL

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

INSCRIÇÕES ABERTAS

INSCREVA-SE NO PRÊMIO E CONCORRA NAS SEGUINTES CATEGORIAS:

- RIG EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
- RIG EM ORGANIZAÇÕES PRIVADAS OU MISTAS
- RIG NA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
- JORNALISMO SOBRE A ATIVIDADE DE RIG
- INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM RIG

O lançamento do Prêmio Marco Maciel só foi possível por ter contado com o apoio da:

Ipiranga ABERT Itaú Souza Cruz

INSCRIÇÕES EM: www.abrig.org.br

Abrig
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

www.abrig.org.br
(61) 3327-0731 contato@abrig.org.br
SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier
Sala 1223 - Brasília/DF
Cep 70701-000